

Fita mostra acerto de valores com a JBS

Ministro de Temer sai de férias após áudio de propina vir à tona

STF



“É urgente o fim do foro privilegiado”, diz Facchin

“O foro privilegiado é uma exceção não justificada no sistema republicano e sua extinção urge”, afirmou o ministro do Supremo Tribunal Federal. P. 3

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.578 11 e 12 de Outubro de 2017

★ ★ ★ ★ ★

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Marcos Pereira, que presidia o PRB, vendia facilidades na Caixa

A conversa gravada em que um ministro de Temer, Marcos Pereira, acerta uma propina - R\$ 6 milhões, ao todo - com Joesley Batista, em troca de facilitar um empréstimo de R\$ 2,7 bilhões na CEF para a JBS, não provocou comoção no governo. Trata-se de um governo de bandidos. O ministro tirou férias, porque está muito cansado desse pessoal que não o deixa roubar impunemente. Marcus Pereira também é investigado por receber R\$ 7 milhões para que o PRB apoiasse Dilma, dinheiro que veio das propinas da Odebrecht ao PT. Pág. 3

Temer sanciona desvio na saúde e educação para eleição de corruptos

Além de criar fundão, permite que bilionários autofinanciem suas campanhas

Edilson Dantas - AOC

Gilmar foge de tomataço em S. Paulo

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, foi alvo, mais uma vez, de protesto de manifestantes que atiraram tomates na portaria do Instituto de Direito de São Paulo (IDP), na Bela Vista, região central da capital paulista, onde o ministro fez palestra na segunda-feira. Um dos carros que fazia escolta Gilmar foi atingido. Os manifestantes denunciavam que ele solta corruptos. Pág. 3



Anamatra

Temer sancionou o fundo eleitoral de quase R\$ 2 bilhões que será abastecido com 30% das emendas de bancada - recursos que deveriam ir para a saúde e educação. 70% desses recursos serão embolsados pelos partidos que mais roubaram nos últimos anos: PT, PMDB e PSDB. Não satisfeitos, os ladrões fo-

ram agraciados com mais um presente de Michel Temer. Foi vetado o item da lei que limitava o autofinanciamento das campanhas. Ou seja, os empresários, latifundiários e demais endinheirados poderão bancar com recursos próprios toda a sua campanha. Só os ricos se elegerão. Eles serão laranjas deles mesmos. Pág. 3

Governo faz projeto para permitir que o Tesouro transfira dinheiro a bancos que julgar necessitados

O governo pretende enviar ao Congresso Nacional uma nova lei de resolução bancária, que permite a injeção de dinheiro do Tesouro Nacional em instituições financeiras privadas. Eles não têm a menor cerimônia em assaltar os recursos do povo. Antes de abrir as torneiras públicas para cevar a agiotagem, Meirelles e Temer baixaram a Medida Provisória 784/2017, que permite ao Banco Central fechar acordos de leniência com os bancos. Pág. 2

Moro cobra que Lula apresente os recibos de pagamento originais

O juiz Sergio Moro determinou, na segunda-feira, que a defesa de Lula esclareça “expressamente” se possui os recibos originais que do-

pagamento de aluguéis ao engenheiro Glaucos da Costamarques, dono de um apartamento vizinho ao que ele mora, em São Bernardo. P. 3

‘Melhor homenagem a Che é seguir sua luta anti-imperialista’, afirma Evo

“O Che vive na luta contra o império, no nosso compromisso de defesa dos povos, da vida e da Humanidade. Esta é uma festa para recordar a sua ação heroica”, disse o presidente boliviano a uma multidão. Pág. 7

Corte trabalhista é inconstitucional, dizem advogados

Os magistrados da Justiça do Trabalho afirmaram em encontro realizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) que diversos pontos da “reforma” trabalhista, que entra em vigor no próximo mês, não serão aplicados pois “desrespeitam a Constituição Federal e tratados internacionais” que o Brasil faz parte. P. 5



Prisão de Nuzman agora é por tempo indeterminado

IBGE: produção industrial paulista e gaúcha recuam acima da média nacional

A produção industrial em São Paulo caiu -1,4% em agosto na comparação com julho, segundo divulgou o IBGE na terça-feira (10), na série com ajuste sazonal. A produção no estado mais industrializado do país recuou abaixo da média nacional no mês, que ficou negativa em 0,8%.

O Rio Grande do Sul também registrou queda de -1,4% na mesma comparação.

Dos 14 locais pesquisados, seis tiveram taxas negativas na produção da indústria. Além de SP e RS, Minas Gerais (-0,7%), Pará (-0,7%), Paraná (-0,4%) e Ceará (-0,1%). Santa Catarina teve variação nula (0,0%). Já as taxas com variação positiva foram verificadas no Espírito Santo (7,5%) e na Bahia (4,9%), com Amazonas (3,2%), Rio de Janeiro (2,4%), Pernambuco (1,8%), Região Nordeste (0,4%) e Goiás (0,1%).

Segundo o IBGE, entre as atividades ligadas as principais responsáveis pelo recuo do setor em São Paulo foi a de alimentos. “Principalmente nos derivados na cana, que vinha em crescimento, explicando essa queda na comparação com julho. Há uma migração da safra para o Nordeste porque já se exauriu a safra no Centro-sul, também com produtores direcionando sua produção para o álcool e não para os outros derivados da cana (açúcar refinado, cristal e VHP)”, diz o analista do IBGE, Rodrigo Lobo.

Petrobrás eleva preço do botijão de gás em 12,9%

A Petrobrás anunciou na terça-feira (10) mais um reajuste médio de 12,9% no preço do botijão de gás de até 13 kg a partir desta quarta-feira (11).

Com o aumento, o gás de cozinha pode subir em média 5,1%, caso o reajuste seja repassado integralmente pelas distribuidoras e revendedoras. O que significa uma alta de mais R\$ 3,09 por botijão, prejudicando ainda

mais o arrojado orçamento das famílias brasileiras.

O aumento, segundo a Petrobrás, é devido a variação das cotações do produto no “mercado internacional”, assim como vem ocorrendo com o preço dos combustíveis.

Recentemente, no dia 26 de setembro deste ano, o preço do botijão subiu em média 6,9%. O reajuste não será aplicado para o uso industrial e comercial.

‘Recuperação’ de Temer coloca o PIB do Brasil atrás do Haiti, diz FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou na terça-feira (10) que o Produto Interno Brasileiro (PIB) vai fechar o ano com expansão de 0,7%. O resultado só não será pior do que o da Venezuela (-12%), Trinidad e Tobago (-3,2%) e Suriname (-1,2%). E ficará abaixo de outros 30 países da América, como Haiti (1%), México (2,1%) e Argentina (2,5%).

No total, 26 países da região registrarão pelo menos o dobro do crescimento do PIB do Brasil em 2017.

O Fundo revisou a previsão de 0,3% para 0,7%, considerando o aumento das exportações e a uma “desaceleração” na queda do consumo. Para 2018, a estimativa de crescimento caiu de 1,7% para 1,5%.

Com a economia no fundo do poço, na maior recessão de sua história, a expansão do PIB no primeiro trimestre foi de apenas 1% e cresceu 0,2% na comparação com os três meses imediatamente anteriores, já considerando os ajustes sazonais, segundo dados do IBGE.

Governo monta projeto para doar recursos do Tesouro aos bancos



‘Não tomar dinheiro emprestado para fazer gasto corrente’, diz mandamento Meirelles prega: gasto só com os bancos

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, andou pregando em pelo menos quatro eventos promovidos pela Assembleia de Deus onde defendeu que o povo deve “gastar só o que ganha, não tomar dinheiro emprestado para fazer gasto corrente”, conforme declarou em entrevista ao Estadão. No mês passado, ele gravou um vídeo para pastores evangélicos pedindo oração pela geração de empregos.

Meirelles disse que se aproximou da Assembleia de Deus porque a igreja “compartilha da mesma mensagem de gastar só o que se ganha”.

“Estive também com outros segmentos, não só a Assembleia de Deus. Já

falei para pastores presbiterianos, sindicalistas e comunidade acadêmica internacional. Em resumo: procuro diversificar para os bancos, evidentemente que eu falar com investidores e mercados, todo mundo acha normal, não é notícia”. Aos “investidores”, de preferência estrangeiros, o ministro da JBS garante que os recursos do Tesouro, a transferência do dinheiro público para os bancos e demais rentistas não vai faltar, seja pelo pagamento de juros, seja para privatizar o patrimônio do povo brasileiro.

Assim como declarou aos privatistas da saúde, em evento da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência

Complementar (Abrapp), em São Paulo, na quinta-feira (5): “a prioridade absoluta, seja do presidente da Câmara ou do Senado ou do executivo, é a votação da Previdência”.

Meirelles assevera que a aprovação do desmonte da Previdência Social será em novembro, depois de afirmar diversas vezes que seria aprovado em outubro.

Com a economia no fundo do poço, o mentor da PEC da Morte, que congelou os gastos com saúde, educação, segurança, etc, etc, por 20 anos, transferiu para os bancos, de janeiro a agosto, para pagar juros, R\$ 271,078 bilhões de recursos públicos, o equivalente a 6,26% do Produto Interno Bruto (PIB).

Antes de abrir as torneiras públicas para cevar a agiotagem Meirelles e Temer baixaram a Medida Provisória 784/2017, que acordos de leniência com os bancos

Se havia alguma dúvida de que os bancos seguem mandando e desmandando no Brasil, a intenção do governo de enviar ao Congresso Nacional a nova lei de resolução bancária, que permite a injeção de dinheiro do Tesouro Nacional em instituições financeiras, segundo reportagem do Valor Econômico, encerra a discussão. Eles não têm a menor cerimônia em assaltar os recursos do povo. Mas não é só isso. Antes de abrir as torneiras públicas para cevar a agiotagem Meirelles e Temer baixaram a Medida Provisória 784/2017, que permite ao Banco Central fechar acordos de leniência com os bancos.

BENESSES

As medidas pró-bancos tomadas pelo governo, e que sangram ainda mais os cofres públicos, poderão ser aplicadas a instituições financeiras que vêm lucrando estupidamente como é o caso do Bradesco, do Itaú Unibanco, do Santander e do BTG Pactual, além de outros bancos estrangeiros instalados no país. Os bancos vão ser acobertados pela MP 784 e poderão receber dinheiro público, através da nova lei. Para eles é o melhor dos mundos. Enquanto isso o Brasil da produção, do trabalho e do consumo vai sendo estrangulado até a morte.

O cinismo é tamanho que o governo não teve nenhum prurido em atropelar até mesmo a “intocável” Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a mesma que engessa e restringe as ações sociais de estados e municípios, para transferir mais recursos aos bancos. Hoje, o socorro aos banqueiros com recursos do Tesouro não é permitido, de acordo com a LRF (artigo 28). Desde maio de 2000, essa legislação traz em seu artigo 28 a proibição de uso de recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer as instituições, “salvo mediante lei específica”. Agora eles criaram a lei específica.

Ou seja, esta lei já garante que a prioridade total dos cofres públicos seja para pagamento de juros, mas proíbe a injeção direta de recursos do Tesouro nos bancos. Pois bem, Meirelles, o banqueiro e ex-presidente da Holding da JBS, quer acabar com essa proibição. A ordem é não ter nenhuma restrição aos lucros estratosféricos dos bancos.

Fernando Henrique Cardoso já tinha feito uma grande injeção direta de recursos do Tesouro na década de 1990 para “sanear” bancos falidos e entregá-los para instituições maiores, na maioria monopólios financeiros. Era o famigerado “Proer” (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fornecimento do Sistema Financeiro Nacional). Foram torrados na época R\$ 16 bilhões, que, atualizados, chegariam hoje na casa dos R\$ 500 bilhões. O pretexto do governo à época para jogar dinheiro público para os cofres privados dos bancos era de que, sem a medida, haveria um colapso bancário e financeiro no País.

Como agora, naquela época aquela conversa de crise bancária era pura balela. FHC quebrou o país e nunca mais se elegeu para nada. Mas, sorratamente, a sua sabujice aos bancos foi voltando. Primeiro com Palocci/Lula, depois com Levy/Dilma e agora, mais descaradamente, com Meirelles/Temer.

Está prevista também nas benesses aos bancos que Meirelles quer ressuscitar, a figura de “não sucessão de ônus”, uma norma na qual o comprador da chamada “parte boa” de uma instituição financeira fica livre dos passivos dela, além de conseguirem impor à Receita Federal de abrir mão da tributação dos descontos nas operações nas quais um banco maior compra outra instituição com problemas. A Receita Federal tentou impedir a inclusão da medida porque ela significará perda fiscal, mas Meirelles interveio para garantir que a mamata fosse mantida.

CARTA BRANCA

A MP 784, por sua vez, trata de infrações, penalidades, medidas coercitivas e meios alternativos de solução de controvérsias aplicáveis às instituições financeiras, e estabelece o rito processual a ser observado nos processos administrativos sancionadores no âmbito do Banco Central do Brasil. Em suma, o Banco Central, que já encobre toda a podridão das negociatas bancárias, terá agora uma carta branca, aprovada em lei específica, para encobrir ainda mais todas as falcaturas dos “banqueiros amigos”.

Editada no início de junho tem sua validade até o dia 19 deste mês, estando, portanto, no prazo limite, visto que além da votação na Câmara precisa ser encaminhada ao Senado para aprovação também naquela Casa.

A Medida Provisória comete várias ilegalidades, entre elas, afastar e colocar em risco a atividade de investigação do Ministério Público, particularmente nos ilícitos penais que poderiam ter sido cometidos pelo Sistema Financeiro. São 17 tipos de irregularidades que serão acobertadas, como, por exemplo, realizar operações em desacordo com as normas, colocar embaraço à fiscalização do BC ou da CVM, desviar ou se apropriar indevidamente de recursos de clientes ou de terceiros, infringir normas sobre capital e limites operacionais.

As medidas de acobertamento do BC poderão permanecer em sigilo já que a proposta será mantida em segredo. Elas só serão divulgadas por decisão do BC. A primeira instituição financeira a firmar acordo de leniência com o BC poderá se beneficiar de redução de 1/3 da penalidade aplicável. Ou seja, além de acobertar os ilícitos, o BC poderá perdoar as multas e outras punições. A MP não prevê ainda qualquer restrição para a instituição que firmar acordo de leniência com o BC. Vai continuar tudo na mesma. O Banco Central vai acobertar os ilícitos e o Tesouro vai abastecer os bancos com dinheiro público. Esse é o governo Temer.

Produção e vendas de veículos caem em setembro na comparação com agosto

A produção de veículos no Brasil caiu 9,2% em setembro na comparação com agosto, segundo divulgou a Anfavea, entidade que representa o setor, no dia 5 de outubro.

Não só a produção caiu, mas também recuaram as vendas e as exportações. As vendas foram 8% menores e as exportações em unidades registraram queda de 10%.

Mas, para fazer coro com o governo Temer, alguns setores da mídia fazem um enorme esforço para que a

população acredite que a recessão acabou e comemoraram as taxas positivas na comparação anual.

Segundo o vice-presidente da Anfavea, Rogelio Golfarb, a base baixa de comparação ajuda a explicar o que ele chamou de expressiva taxa de crescimento em setembro (+24,45%) em relação a setembro de 2016, já que foi o pior mês em termos de média diária de vendas do ano passado.

As vendas das montadoras estão há quatro anos

em baixa, com todas as benesses fiscais que receberam dos governos Dilma/Temer, além da redução temporária da jornada de trabalho e salário em até 30%, garantidas pelo PPE (Programa de Proteção ao Emprego) em 2015.

Em setembro de 2014, eram 147,8 mil trabalhadores na produção de veículos, máquinas agrícolas e rodoviárias. Em setembro de 2017, este número foi reduzido para 126,3 mil pessoas. Menos 21,5 mil trabalhadores no período.

Gasolina sobe pela oitava vez seguida

O preço da gasolina voltou a subir na semana passada, segundo divulgou a Agência Nacional de Petróleo (ANP), na sexta-feira (6). É a oitava vez seguida de alta. O preço médio por litro passou de R\$ 3,884 para R\$ 3,887, um aumento de 0,07%. O preço do diesel também subiu nesta semana, de R\$ 3,201 por litro para R\$ 3,221 por litro, um salto

de 0,62%.

A disparada no preço da gasolina é resultado do plano de Pedro Parente, à frente da Petrobrás, de desmontar a estatal. Além de submeter os preços dos combustíveis ao mercado internacional, ele desmantela as refinarias da companhia proporcionando a importação de combustíveis pelo setor privado, e estrangeiro, em detrimen-

to da produção nacional. Antes a importação era feita apenas pela Petrobrás. Além disso aumenta a remessa de dólares para o exterior.

Segundo a ANP, cerca de 20% do mercado hoje é abastecido pelo produto importado. Já as refinarias, que chegaram a utilizar 90% de sua capacidade, estão produzindo cerca de 75%.

Bonifácio admite que é relator da CCJ porque o Temer pediu

O deputado federal Bonifácio de Andrada (PSDB/MG) confidenciou que teria dificuldade em abrir mão da relatoria da segunda denúncia contra Temer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, porque o próprio acusado teria feito um apelo para ele aceitar a função.

Segundo o blog de Gerson Camarotti, do G1, o tucano teria admitido o pedido para caciques do PSDB, após ser escolhido

para relatar a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que enquadrará o presidente da República nos crimes de obstrução da justiça e organização criminosa.

A interferência de Temer ocasionou uma forte reação no PSDB. O partido retirou Andrada da CCJ, mas ele continuou relator porque o PSC abriu mão da sua vaga para o deputado mineiro.

Ao perceber a forte reação da sua bancada, Andrada argumentou que tinha sido uma decisão pessoal e alegou que seria sua última grande missão na Câmara dos Deputados, pois, aos 87 anos, não deve mais concorrer para a renovação do mandato.

A acusação de organização criminosa é imputada também aos ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência).

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais: Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679 E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000 Fone-fax: (61) 3226-5934 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480 E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004 Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603 E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba

www.horadopovo.com.br



Relator da Operação Lava Jato no STF

É urgente o fim do foro privilegiado, diz Fachin

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a extinção urgente do foro privilegiado na segunda-feira (9).

“O foro privilegiado é uma exceção não justificada no sistema republicano e sua extinção urge”, afirmou o ministro durante sua participação no 6º Fórum Nacional de Juízes Federais Criminais (Fonaacrim), promovido pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre (RS).

Para Edson Fachin, o foro privilegiado (ou foro especial por prerrogativa de função) é o responsável pela impunibilidade, uma vez que o privilégio retarda os processos, o que faz diversos processos prescreverem, perder o prazo da punição para quem detém o foro.

Segundo o ministro, a lei é seletiva no Brasil, beneficiando apenas quem tem dinheiro e condições de usar brechas na legislação para evitar a prisão. “Temos um sistema injusto, seletivo e desigual entre o segmento social mais abastado e aquele dos cidadãos desprovidos de privilégios. [...] A inefetividade da Justiça em certos segmentos sociais tem a causa mais evidente na morosidade da prestação jurisdicional, com um sistema recursal irracional”, disse o ministro.

“Cabe a nós, magistrados, impor resposta aos que tiveram seus crimes comprovados. Devemos estar conscientes de que a parcela privilegiada pela seletividade do sistema penal se empenha em fazer crer que estamos colocando em perigo garantias individuais. Mas devemos seguir adiante, ainda que falhas possam ocorrer. Os tempos de agora são íngremes e precisamos seguir agindo com ousadia, temperança, confiança, serenidade e firmeza”, avaliou.

A declaração do ministro Fachin está na contramão do seu colega Gilmar Mendes, que faz questão de julgar e tomar decisões (concessões de habeas corpus) sempre a favor dos bandidos ricos, como Roger Abdelmassih, Daniel Dantas, Eike Batista, Jacob Barata (da máfia dos ônibus no Rio) e outros endinheirados. Também na segunda-feira, Gilmar Mendes disse que o STF deve evitar tomar decisões “panfletárias e populistas”, referindo-se ao caso de Aécio Neves. O Supremo deverá julgar nesta quarta-feira (11) uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que pede ao tribunal para considerar a possibilidade do Congresso rever, em até 24 horas, qualquer medida cautelar imposta a deputados e senadores, como suspensão do mandato e recolhimento domiciliar. A primeira turma do STF recusou a prisão de Aécio pedida pelo ex-procurador da República, Rodrigo Janot, e decidiu afastá-lo do cargo e pelo recolhimento noturno. O Senado quer votar se acata ou não a decisão do STF. Gilmar quer livrar Aécio, além de Temer e parte do Senado implicada em processos de corrupção.

Tahiane Stochero/G1



A porta do Instituto ficou cheia de tomates

Gilmar Mendes é alvo de outro tomateio em S. Paulo

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi alvo, mais uma vez, de protesto de manifestantes que atiraram tomates na portaria do Instituto de Direito de São Paulo (IDP), na Bela Vista, região central da capital paulista, onde o ministro fez palestra na segunda-feira (9). Ele teve que sair às pressas para não ser atingido pela tomata. Um dos carros que fazia escolta Gilmar foi atingido. Os manifestantes denunciavam que o ministro concedeu liberdade a corruptos condenados pela Lava Jato. “Ei Gilmar, me diz por que você sempre solta seus amigos e os amigos do poder”, cantavam. Em um folheto no chão como cara de Gilmar Mendes estavam escritas palavras nada elogiosas, como: “lacaio”, “comparsa”, “toga suja”, “escória”, “quadrilheiro”, “lixo”. Em agosto, o mesmo grupo se manifestou contra Gilmar. Na ocasião, um dos manifestantes foi retirado do evento com uma sacola de tomates. O ministro alegou que não viu os manifestantes e nem os tomates.

AGU de Temer envia ao STF parecer a favor de Aécio

A Advocacia-Geral da União (AGU) elaborou texto enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a aplicação de medidas cautelares a parlamentares alternativas à prisão.

Nesta quarta-feira (11) os ministros do STF devem julgar ação que trata da aplicação de medidas como o afastamento, entre outras, a deputados e

senadores.

Temer quer salvar Aécio Neves. O texto encaminhado por Temer, elaborado pela AGU, diz que qualquer medida que não seja a prisão por flagrante de crime inafiançável fere a Constituição. Por esse entendimento, não sobra nada, ladrão escondido atrás do mandato não pode sofrer nenhuma punição.

Auxiliar de Temer é flagrado tratando de propina com JBS

Uéslei Marcelino/Reuters



Criou mais uma brecha na lei para a lavagem de dinheiro dos ricos

Temer sanciona lei do Fundão bilionário

A chamada “Reforma Política”, aprovada na calada da noite da última quinta-feira (5) pelo Congresso Nacional, e sancionada por Michel Temer, não tem nada de reforma. Ela visa apenas dificultar a renovação do Congresso e manter o foro privilegiado de corruptos. O “fundão”, idealizado pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP), será abastecido com 30% das emendas de bancada - recursos que deveriam ir para a saúde, educação, etc. 70% desses recursos serão embolsados pelos partidos que mais roubaram nos últimos anos: PT, PMDB e PSDB.

Não satisfeitos, os ladrões foram agraciados com mais um presente de Michel Temer. Foi vetado o item da lei que limitava o autofinanciamento das campanhas. Ou seja, os empresários, latifundiários e demais endinheirados poderão bancar com recursos próprios toda a sua campanha. Só os ricos se elegerão. As “empresas” poderão receber recursos de outras empresas e esse dinheiro poderá entrar nas campanhas eleitorais como “recursos próprios” do candidato. Eles serão laranjas deles mesmos. Ou

seja, criaram o fundão com dinheiro público e, além disso, burlaram a proibição do financiamento empresarial de campanha.

Além dessas medidas escandalosas, que privilegiam o clubinho de partidos corruptos, a proibição das coligações e as cláusulas de barreira, visam também impedir o fortalecimento de novos partidos e barrar a tão almejada renovação parlamentar. A rejeição aos atuais deputados e senadores, em grande parte eleitos à base de propina, nunca foi tão alta. A previsão era de que haveria um renovação recorde de mais de 70% do Congresso nas próximas eleições. Se dependesse do povo, boa parte dos atuais parlamentares não estaria nem no Congresso, mas sim atrás das grades.

Como se não bastasse, os deputados queriam ter o direito de censurar a internet, tirando do ar, sem decisão judicial, e em 24 horas, qualquer postagem que eles considerassem como “ofensiva”. Esse esbulho foi repudiado por todo o país e acabou não sendo sancionado. Temer deve ter ficado com medo de apanhar nas ruas.

As medidas restritivas

Para pesquisa, 70% não vê diferença entre PT e PSDB; 63,7% não votariam em candidatos desses partidos

Um levantamento realizado pelo Instituto Paraná Pesquisas apontou que 70,1% dos eleitores não veem diferença entre PT e PSDB, contra 26,9% que enxergam diferença. Na pesquisa, feita por meio de um questionário on-line, 3% não opinaram ou não souberam

responder.

A pergunta do Instituto foi a seguinte: “Atualmente o Sr(a) vê alguma diferença entre o PT e o PSDB?”.

Já quando indagados sobre quais candidatos à Câmara Federal teriam mais chances de voto - se petistas ou tucanos -, 63,7% dos eleitores disse-

ram que nenhum deles é opção de voto. Por outro lado, 18,2% votariam em candidatos do PSDB e 14,5%, em candidatos do PT. Menos de 4% não se posicionaram sobre a questão.

A pesquisa ouviu 2.222 pessoas em 26 estados e no Distrito Federal.

Juiz Sérgio Moro cobra de Lula os originais dos recibos dos alugueis

O juiz Sergio Moro determinou, na segunda-feira (9), para a defesa de Lula “esclarecer expressamente” se possui os recibos originais do pagamento de alugueis ao engenheiro Glaucos de Costamarques, “dono” do apartamento vizinho ao que ele mora, em São Bernardo do Campo (SP), que é usado pela família do petista.

A propriedade do imóvel é investigada em processo da Operação Lava Jato, que tem Lula como réu. Segundo denúncia do Ministério Público Federal, o imóvel foi comprado por Costamarques a pedido do pecuarista José Carlos Bumlai, seu primo e amigo de Lula.

Para o MPF, Lula é o dono real do imóvel, que

foi adquirido com dinheiro de propina da construtora Odebrecht. Cópias fajutas dos recibos foram apresentadas pela defesa no último dia 25 como “prova” de locação do imóvel entre 2011 e 2015, mas elas trazem datas inexistentes no calendário, erros de grafia e não englobam todos os meses de aluguel.

Na semana passada, os procuradores pediram ao juiz uma perícia nos documentos, sustentando que os comprovantes são falsos. “Os recibos apresentados pela defesa têm origem desconhecida, não trazem nenhuma comprovação a respeito da data em que foram produzidos”, diz o pedido.

Em depoimento a Moro, Costamarques disse que só passou a receber

o pagamento em novembro de 2015, após a prisão do pecuarista José Carlos Bumlai. A defesa de Costamarques também revelou que esses recibos de 2015 foram assinados num único dia, quando estava hospitalizado, após a visita de Roberto Teixeira, advogado e amigo de Lula.

A decisão do juiz apenas determinou aos advogados de Lula que apresentem os originais dos recibos. Ele diz que ainda não é o momento a se determinar a perícia. “Há dúvida, tratando-se de suposto falso ideológico, quanto à adequação de perícia técnica para a solução da controvérsia. Não obstante, trata-se de questão a ser analisada em seguida”, afirma.

Exposição na Câmara presta homenagem a João Goulart

A Câmara dos Deputados abre nesta terça-feira (10) a exposição fotográfica “Jango nossa breve história” com uma solenidade na frente do plenário da Casa, das 14 às 15h.

A exposição fica até o dia 20 no Salão Verde, em Brasília.

O evento é promovido pela Câmara, Instituto João Goulart, Arquivo Nacional e



Temer obstrui a Justiça trocando deputados na CCJ

Desde o dia 14 de setembro, quando segunda denúncia contra Temer foi apresentada, foram feitas oito trocas de deputados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para garantir 5 votos a favor dele, incluindo o relator, Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) (ver matéria na página 2).

Temer usa a mesma manobra que usou na primeira denúncia contra ele: a troca de deputados para ficar livre de ser punido.

Assim que vazaram os áudios comprometedores, ministro Marcos Pereira saiu de férias por uma semana

A gravação, agora pública, da conversa do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira, com Joesley Batista, da JBS, mostra que Temer não é apenas o chefe de uma organização criminosa formada por Padilhas, Geddes e Moreira.

Além disso, seu Ministério é uma quadrilha - ou uma junção de quadrilhas.

A pré-condição para entrar nesse Ministério é ser bandido. Temer cerca-se de bandidos e só consegue nomear bandidos, porque ele mesmo é um bandido. Se faltasse prova disso (não falta, mas elas continuam surgindo), bastaria a total complacência, cumplicidade, aprovação tácita, a um ministro que aparece roubando, de viva voz, o dinheiro e as instituições públicas. Que providência Temer tomou, desde que a gravação foi publicada?

SALDO

Eis alguns trechos do edificante diálogo do ministro com Joesley Batista, da JBS:

JOESLEY: Deixa eu te falar, cê aqui, você lembra? Eu não lembro mais a conta... Como que era?

MARCOS PEREIRA: Meia, cinco, zero.

JOESLEY: Como que era? Não...

MARCOS PEREIRA: Não da última vez...

JOESLEY: Quanto era o saldo? Não lembro mais...

MARCOS PEREIRA: Ah, pera um minutinho...

JOESLEY: Meia cinco zero... Ah...

MARCOS PEREIRA: Seiscentos e vinte pessoas.

O ministro só faltou dizer - como aquele outro corrupto - que eram 620 mil latas de sardinha... No mesmo estilo “codificado”, Pereira lembrou a Joesley que eles já se “reuniram” cinco vezes - ou seja, que já tinham sido passadas cinco parcelas da propina.

JOESLEY BATISTA: Uma... Cinco e quinhentos...

JOESLEY BATISTA: Cinco vezes cinco... Cinco de quinhentos dá... Dois e quinhentos, tá. Mais uma, dá mais quinhentos. Três, três seiscientos e cinquenta... Mais seiscientos e vinte... Quatro duzentos e setenta. Menos seis, dá quanto? O saldo. Um setecentos e trinta. Divide por três aí. Dividido por três... Um setecentos e trinta dividido por três.

MARCOS PEREIRA: Cinco, sete, meia.

JOESLEY BATISTA: Mais umas três vezes nós mata essa porra.

MARCOS PEREIRA: Pode ficar tranquilo.

JOESLEY BATISTA: Então, anota aí... Mais seiscientos e vinte.

MARCOS PEREIRA: Seis, é isso aí... É isso aí.

Joesley pergunta, então, por Antonio Carlos Ferreira, vice-presidente da Caixa Econômica Federal indicado pelo PRB:

JOESLEY BATISTA: O Antonio Carlos... Ele é bom, né?

MARCOS PEREIRA: Mantivemos ele (...). Brigamos muito, né? Foi uma queda de braço com seu amigo baiano.

O “amigo baiano” é Geddel Vieira Lima, que, no governo Temer, queria monopolizar os cargos da Caixa Econômica. Antonio Carlos Ferreira já era vice-presidente da Caixa no governo Dilma - como, aliás, o próprio Geddel. Um dos aspectos significativos da propina para Marcos Pereira é que ela começa no governo Dilma e se estende ao governo Temer, em uma perfeita continuidade administrativa.

Apenas para localizar o leitor, que não é obrigado a ser catadrático em corrupção (nem nós, mas, como temos de fazer um jornal, é preciso saber algo desses assuntos): em seu depoimento à Procuradoria Geral da República, em maio, há cinco meses, Joesley Batista declarou:

“... no processo final de aprovação de um empréstimo de 2,7 bilhões de Reais, junto à Caixa Econômica Federal, o vice-presidente da CEF, Antonio



Ministro era presidente do PRB

Carlos, procurou o depoente e lhe disse que sua permanência no cargo, que era de indicação do PRB, dependia do atendimento a certos pedidos (...);

“Antonio Carlos disse que seria fundamental que o depoente pagasse 6 milhões de reais de propina ao presidente do PRB, Marcos Pereira; Antônio Carlos frisou que o dinheiro não era para si e sim 100 por cento para quem o indicou;

“Marcos Pereira procurou o depoente no início do ano de 2016 e confirmou o crédito de 6 milhões em parcelas de 500 mil reais;

“... desse total já foram pagos 4,2 milhões de reais, restando 1,8 milhão de reais; a última parcela, de 700 mil reais, foi paga no dia 24/03/2017 na casa do depoente, diretamente a Marcos Pereira;

“... no dia 24 de Março de 2017, em reunião na sede da empresa, Antonio Carlos procurou Joesley Batista e cobrou o saldo” (cf. Termo de Colaboração nº 7 e Anexo 12 do depoimento de Joesley Batista).

A conversa de Marcos Pereira e Joesley Batista é sobre esse saldo - e confirma, inequivocamente, o depoimento do último.

Temos, portanto, um caso de infecção corrupta, purulenta - e aberta. É verdade que Marcos Pereira, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de um governo que é contra o desenvolvimento e a indústria, só pode estar lá para roubar. No que não destoa em um Ministério onde há 15 investigadores pela Lava Jato e outras Operações.

O sujeito - quer dizer, um ministro - é apanhado no acerto de uma propina, ao todo, de R\$ 6 milhões, para facilitar a concessão de R\$ 2,7 bilhões da Caixa Econômica para a JBS. No entanto, não acontece nada, exceto o ministro dizer que não vai dar explicação alguma (v. a sua nota oficial) - e, em seguida, sair de férias, provavelmente porque está muito estressado, devido a esse pessoal (isto é, o povo brasileiro) que não o deixa roubar tranquilamente.

ODEBRECHT

Marcos Pereira - como Temer - não sabe fazer outra coisa que não seja receber propinas. Abaixo, alguns trechos do depoimento de Alexandrino Alencar, diretor da Odebrecht:

“Edinho Silva [tesoureiro da campanha de Dilma] me orientou a procurar os líderes dos partidos PROS, PRB, PCdoB, PDT e PP, que já estavam cientes dos pagamentos de propina, e usar o nome dele para ajustar com cada um a forma de contribuição, via Caixa 2. O interesse do PT era o aumento do tempo de horário eleitoral na televisão (...). **Encontrei cerca de três vezes Marcos Pereira (atual ministro de Estado da Indústria e Comércio), presidente nacional do PRB, em julho daquele ano, e fechei com ele as condições de pagamento do valor de R\$ 7 milhões, pelo ingresso do PRB na coligação. (...) os pagamentos foram feitos em espécie, mediante entregas em flat, em São Paulo, previamente combinados por mim com o próprio Marcos Pereira.**”

Este depoimento foi confirmado pelos dados constantes no “sistema Drousys” - o software do departamento de propina da Odebrecht; pelas anotações no celular de Marcelo Odebrecht; pela agenda de Alexandrino Alencar; e pelos depoimentos de Marcelo Odebrecht e de outro executivo da Odebrecht, Fernando Cunha.

CARLOS LOPES

Ministro da Saúde defende aumentar mensalidade de planos para idosos

Segundo o ministro, aumentos “são geralmente baixos”

O ministro da Saúde do governo Temer, Ricardo Barros, defendeu, no último dia 5, o fim da regra que impede o aumento de planos de saúde depois dos 60 anos. “Da forma como está não está funcionando”, afirmou depois de uma reunião do Conselho Nacional de Saúde. A proposta está no relatório sobre a reformulação da Lei de Planos de Saúde, que tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, e permitirá um escalonamento de valores das mensalidades depois de 60 anos.

Na reunião, Barros destacou que como os percentuais de aumento são “geralmente baixos”, as operadoras de deixaram de ofertar planos para idosos, e que essa proposta vai melhorar as condições de acesso aos planos para esta faixa etária. “A regra foi criada para proteger, mas na prática, acaba expulsando o idoso”, afirmou o ministro.

Em nota unificada, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e outras entidades da saúde, destacam que “o idoso será ‘expulso’ dos planos de saúde, por impossibilidade de pagamento, como ocorria antes do Estatuto do Idoso e da Lei nº 9.656/98. [...] Em vez de corrigir a distorção, a intenção do relator é deixar ao arbítrio das operadoras os reajustes de mensalidades dos planos durante a fase de vida de redução da renda e aumento das necessidades de atenção à saúde.”

Além do reajuste após 60 anos de idade, a nova Lei de Planos de Saúde prevê a segmentação de coberturas assistenciais, redução do valor de ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), redução do valor de multas aplicadas contra as operadoras, extinção de projetos de lei que beneficiam os usuários, e a criação de planos acessíveis. O ministro deixou claro na reunião que concorda com todos esses pontos.

Para as entidades “o teor das mudanças divulgadas pelo relator atendem exclusivamente aos interesses das empresas e donos de planos de saúde, assíduos financiadores de campanhas eleitorais e, como recentemente se verificou da denúncia da Procuradoria-Geral da República, acusados de pagamento de propinas para compra de medida provisória de interesse do setor. Com a crise política, moral e de credibilidade que assola o Congresso Nacional, este não é o momento de votação de uma nova lei, sem o devido debate democrático, com impacto negativo no SUS e ameaça à saúde de mais de 48 milhões de brasileiros conveniados

a planos de saúde”.

Desde que assumiu a pasta Barros tem dado fortes declarações em apoio à criação de planos populares e a favor da diminuição do Sistema Único de Saúde (SUS), para ele “quanto mais pudermos ter brasileiros que tenham plano, mais acesso podemos dar àqueles que não têm recursos para ter plano”.

A proposta prevê algumas opções de plano, onde o principal seria o Plano simplificado, que inclui atenção primária (atendimento não-especializado), consultas com especialistas e exames de diagnóstico de baixa e média complexidade. Este plano não inclui atendimento de urgência e emergência, internação, terapias ou exames de alta complexidade.

O gasto do governo com a atenção básica, segundo dados do ministério da Saúde, como consultas em postos de saúde e exames simples, representou, em 2015, 13,7% do orçamento do ministério, enquanto as despesas com procedimentos de média e alta complexidade, como internações e cirurgias, consumiram 42,1%.

Sobre a redução do valor e graduação das multas aplicadas pela ANS contra planos de saúde, as entidades que assinaram a nota destacaram que “a atenuação do poder dessas penalidades desestimula as operadoras a respeitar os direitos que os consumidores ainda possuem e reduz o efeito de suas denúncias e a fiscalização da ANS [...] Com a redução do valor a ser ressarcido, o SUS perde ainda mais recursos justamente no momento de ajuste fiscal e de redução do financiamento público da saúde”.

Na reunião, o CNS aprovou uma recomendação para que seja retirado o regime de urgência do projeto. Para o presidente do Conselho, Ronald dos Santos, “é inexplicável a votação em regime de urgência, com votação prevista no Plenário da Câmara para o mês que vem. Assim como é vergonhoso e irresponsável esse desmonte do Estado”.

MINISTRO

Meses atrás Ricardo Barros afirmou que os médicos “fingem que trabalham”, que os pacientes “imaginam” a doença, e que é “cultura do povo” pedir exames e medicamentos desnecessários, elevando os gastos do SUS. Na semana passada, declarou que a redução de 80% no número de hospitais daria conta da demanda no Brasil, “por que não fechamos hospitais? For uma questão política. É difícil fechar um hospital”. Ele também é o primeiro ministro da pasta a dizer que não falta dinheiro para a saúde, “falta gestão”.



Mudanças nas regras dos planos defendidas pelo governo beneficiam as operadoras

Juiz decreta prisão preventiva de Nuzman

O juiz da 7ª Vara Federal Criminal Marcelo Bretas, responsável pelos processos da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, acatou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) no estado e transformou de temporária para preventiva a prisão do presidente afastado do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, Carlos Arthur Nuzman. Com a decisão de Bretas, ele permanecerá detido por tempo indeterminado.

Bretas atendeu ainda ao pedido do MPF de prorrogação da prisão temporária de Leonardo Gryner, ex-diretor do COB e do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016. Nuzman e Gryner estão presos desde quinta-feira (5), quando foi deflagrada a Operação Unfair Play - Segundo Tempo, um desdobramento da Unfair

Play, que revelou a compra de votos para a escolha do Rio como sede olímpica de 2016.

Para solidificar o pedido de prisão preventiva de Nuzman, os procuradores afirmam que o dirigente teve a intenção de atrapalhar as investigações. Como prova dessa acusação está o fato de Nuzman ter imprimido e-mails em que Papa Diack, filho do membro do COI Lamine Diack, acusado de vender votos que elegeram o Rio sede das Olimpíadas de 2016, cobra de Nuzman e Gryner o pagamento do acordo realizado entre eles. Os e-mails impressos foram encontrados na casa de Nuzman no dia de sua prisão.

Dias antes da votação, Papa Diack recebeu transferências bancárias, no total de 2 milhões de euros, de uma conta do empresário Arthur Soares, o “Rei Arthur”, implicado em esquemas de corrupção ligados ao ex-go-

vernador Sérgio Cabral. O MPF investiga se o esquema de compra de votos foi além de Lamine Diack, envolvendo outros membros do COI.

Os procuradores acrescentam que pediram às autoridades suíças ajuda na investigação de bens de Nuzman naquele país, pois caso seja solto, terá acesso a seus bens facilitando a ocultação de patrimônio. Outro motivo para a prisão preventiva, segundo os procuradores, foram e-mails em que Nuzman pede, no fim de setembro, que o comitê Rio-2016 faça pagamentos, por prestação de serviços jurídicos, ao escritório do advogado Nélio Machado, que o defende neste caso. Isto mostraria, segundo o MPF, que Nuzman tem utilizado a instituição, que recebeu dinheiro público para a organização dos Jogos, em benefício próprio.

Bancários gaúchos rechaçam a venda de 49% do estatal Banrisul

Após a decisão do governo gaúcho de vender 49% das ações do Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), dirigentes do SindBancários se mobilizaram para criar a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos.

No dia do anúncio da venda da Banrisul, na última quinta-feira (5), os dirigentes do SindBancários se dirigiram à frente da sede da direção geral do banco público estadual, no Centro Histórico de Porto Alegre, para “mostrar aos colegas que o Banrisul está sendo alvo de um processo de desmonte que inclui o seu apequamentamento e a redução da sua importância como agente indutor de desenvolvimento e crescimento econômico”, conforme escreveu o sindicato.

O diretor do SindBancá-

rios, Mauro Salles, disse que a estratégia de Sartori e Temer é desmontar o Banrisul para entregar a banqueiros internacionais. “A venda de ações e o processo de sucateamento são a preparação para vender o Banrisul. A venda de ações vai dar assento a conselheiros do mercado. Eles querem abocanhar o banco público. Não é possível aceitar que uma direção que tem funcionários do quadro do Banrisul se submetam a isso. É uma vergonha. Não vamos deixar desmontar o Banrisul”, alertou Mauro.

Nesta segunda-feira (9), outra mobilização foi iniciada com um ato em frente à sede da Direção Geral do Banrisul. O ato virou uma caminhada que levou até a sede da Fetrafi-RS (Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), onde ocorreu o lançamento da Frente Parla-

mentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos.

O presidente do SindBancários, Everton Gimenis, lembrou o esforço do SindBancários e da Fetrafi-RS, desde que o governador José Ivo Sartori (PMDB) assumiu o governo do Estado em janeiro de 2015 e a importância da participação de todos. Gimenis recordou a grande mobilização na Assembleia Legislativa, em março passado, quando foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa do Banrisul Público, “o que mostrou a Sartori que ele não teria maioria no plenário para votar a autorização da privatização do banco público. Denunciamos também que participamos do Regime de Recuperação Fiscal do Temer era um golpe. O governo do Estado tem alternativas como atrair investimento e trabalhar mais”, disse Gimenis.

Creche em Janaúba será reinaugurada com o nome da professora que salvou crianças

O sepultamento das crianças envolvidas no incêndio criminoso na creche Gente Inocente, na cidade de Janaúba, no Norte de Minas Gerais, foi marcado por muita dor e emoção de pais, familiares, amigos.

Na última quinta-feira (5), Damião Soares dos Santos, de 50 anos, vigia do Centro Municipal de Educação Infantil Gente Inocente, no Bairro Rio Novo, jogou álcool em crianças e nele mesmo e, em seguida, ateou fogo. No horário havia 75 crianças e 17 funcionários na escola. Ele morreu horas depois.

O vigia assassinou nove crianças e a professora Heley de Abreu Batista, de 43 anos mãe de três filhos. Vinte e três pessoas permanecem internadas, seis crianças e duas professoras continuaram em estado grave.

A professora salvou a vida de muitas crianças da creche, antes de o vigia também atear fogo no corpo dela. Heley ainda entrou em luta corporal com Damião para impedir

que mais pessoas fossem atingidas pelas chamas.

Segundo relato da madrinha de um dos três filhos de Heley, Rejane Rodrigues Brito, a professora pediu para que os meninos deitassem no chão e tentou abafar o fogo, o que talvez tenha sido suficiente para evitar a morte de algumas das crianças.

No domingo (8), foi concedida à professora, a Ordem Nacional do Mérito. A homenagem é dada as pessoas que deram exemplos de dedicação e serviço ao país, como Heley Batista, que sacrificou a vida para salvar os alunos.

O prédio da creche será reconstruído e será dado o nome de Heley.

Para os alunos e professores está difícil retomar a rotina. A diretora, Aline Cristiana Mendes Santos, ainda se emociona quando fala sobre a tragédia.

Não resistiram aos ferimentos as crianças, Ana Clara Ferreira Silva, Luiz



Davi Carlos Rodrigues, Juan Pablo Cruz dos Santos, Juan Miguel Soares Silva, Renan Nicolas Santos, Cecília Davina Gonçalves Dias, Yasmin Medeiros Salvinho, Thallyta Vitória Bispo de Oliveira Barros, todos de 4 anos de idade e Metheus Felipe Rocha dos Santos de 5 anos.



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Defesas

É simplesmente degradante ao país ter um presidente da República duas vezes denunciado pela Suprema Corte. Não se trata de denúncias originadas de juizado de primeira instância, mas sim derivadas do tribunal superior. De forma indecente a primeira denúncia foi rejeitada na Câmara Federal por manobras antirrepublicanas do próprio Michel Temer, que “comprou a honra” de mequetrefes deputados em troca da liberação de emendas parlamentares e de cargos públicos. Novamente, a população brasileira testemunha a pirotécnia do governo em convocar deputados para barganhar espúria troca de favores de modo a evitar a segunda denúncia contra Michel Temer. Os sintomas de um país enfermo, com políticos e ex-políticos encalacrados na Justiça até a alma, fruto das investigações da Lava-Jato que desmascarou a macrodelinquência política instalada no país, indicam que o Brasil precisa urgente de uma nova intervenção para corrigir os erros ocorridos com a redemocratização. Nada é mais vergonhoso à República de Rui Barbosa e de outros patriotas que enobreceram a nação e deixaram exemplos positivos à posteridade do que ter a sua história política manchada com a condenação de um ex-presidente da República a nove anos e meio de prisão e na iminência de nova condenação, bem como ter o atual presidente saltitando para evitar que a segunda denúncia do STF prospere na Câmara Federal. Mas o que chama a atenção é a liderança do governo na Câmara, deputado Tarcísio Perondi, se prestar para o vexaminoso papel de defender, sem nenhum escrúpulo, a pouca seriedade de Michel Temer, desmascarada por Joesley Batista. Lembrando ao deputado gaúcho que pau que bate em Lula também bate em Temer. Por coincidência ou não, lamentamos que dois gaúchos, Tarcísio Perondi (PMDB-RS) e Carlos Marun (PMDB-MS), tenham se especializado em defender “corruptos”, travestidos de políticos.

Júlio César Cardoso - Balneário Camboriú, SC

Paciência

Com esse atual Congresso, alguém acha que saíria uma “Reforma Política” que prestasse? Daqueles que em nome do “voto soberano do povo”, fazem de seus cargos um puxadinho de suas ambições pessoais e o pior, nós que pagamos bilhões para se elegerem. Quem precisa de um congresso assim? Em 2018, demissão a todos sem exceção. Estão brincando com nossa paciência!

Beatriz Campos - São Paulo, SP

Goldman diz que “Doria é um dos piores políticos que São Paulo já teve”

Na última quinta-feira (5), o tucano ex-governador de São Paulo e vice-presidente nacional do PSDB Alberto Goldman, fez críticas ao prefeito de São Paulo João Doria (PSDB), pré-candidato ao Palácio do Planalto em 2018. Segundo Goldman, em nove meses à frente da Prefeitura de São Paulo, Doria “ainda não nasceu”, é um prefeito que “está em gestação” e que “a única coisa que nasceu até agora foi um candidato à Presidência da República”. “Ele é político sim, um dos piores políticos que nós já tivemos em São Paulo”, afirmou Goldman, que vem travando uma troca de acusações na internet com seu correligionário.

“Você vive em casa de pijamas”, replica prefeito

Em resposta Doria divulgou no sábado (7) um vídeo, gravado em Belém (PA), onde o prefeito acompanha a festa do Círio de Nazaré, afirmando que Goldman é um “improdutivo, fracassado”.

“Hoje meu recadinho vai para você, Alberto Goldman, que viveu sua vida inteira na sombra de Orestes Quêrcia e do José Serra. Você é um improdutivo, um fracassado. Você coleciona fracassos na sua vida e agora vive de pijamas na sua casa”, afirmou Doria. “Viva com a sua mediocridade que fico com o povo”.

Goldman se permitiu a réplica e publicou novo vídeo em que acusou Doria de atacá-lo em “tom bastante raivoso, prepotente, arrogante, preconceituoso. Me acusa de ‘velho’. De fato, faço nesta semana 80 anos, o que é uma idade respeitável”. “Sou velho, mas não sou velhaco”, rebateu.

“Outubro Soviético”

TV Brasil exibe onze filmes em celebração ao centenário da Revolução de 1917

No dia 15 de outubro, a TV Brasil estreia o “Outubro Soviético”, uma série de filmes clássicos da União Soviética, para relembrar o centenário que Revolução Russa (a “Revolução de Outubro”) completa este ano. As produções vão ao ar todos os dias da semana, entre 15 e 25 de outubro, às 23h.

A iniciativa é resultado da parceria estabelecida entre a TV Brasil, o estúdio russo Mosfilm e a produtora CPC-UMES Filmes, responsável pela distribuição dos títulos Mosfilm no Brasil.

As atrações são:

- Domingo, 15: “O Encouraçado Potemkin” (1925), de Eisenstein.
- Segunda-feira, 16: “O Conto do Czar Saltan” (1966), de Aleksander Ptushko.
- Terça-feira, 17: “Vassa”

(1983), de Gleb Panfilov.

- Quarta-feira, 18: “A Mãe” (1989), de Gleb Panfilov.

- Quinta-feira, 19: “Boris Godunov” (1986), de Sergei Bondarchuk.

- Sexta-feira, 20: “Um Acidente de Caça” (1978), de Emil Loteanu.

- Sábado, 21: “Arsenal” (1929), de Aleksandr Dovzhenko.

- Domingo, 22: “O Velho e o Novo” (1929), de Eisenstein.

- Segunda-feira, 23: “As Aventuras Extraordinárias de Mr. West no País dos Bolcheviques” (1924), de Lev Kuleshov.

- Terça-feira, 24: “Cosacos de Kuban” (1949), de Ivan Pyryev.

- Quarta-feira, 25: “Lenin em Outubro” (1937), de Mikhail Romm.

LENIN EM OUTUBRO



Filme “Lenin em Outubro” (1937) encerrará a série

Correios aceitam acordo que renova ACT e encerram greve

Os trabalhadores dos Correios decidiram encerrar a greve nacional da categoria na última sexta-feira, 6. Os ecetistas aceitaram a proposta de acordo do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que prevê reajuste nos salários e benefícios retroativo à data base em 2,07% e renovação das cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho vigente mantendo os direitos já obtidos.

A greve teve início na segunda quinzena do mês passado reivindicando aumento real, contra a retirada de direitos e em denúncia ao plano de privatização da empresa anunciado pelo governo Temer.

Para a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios (Fentect), que reúne mais de 30 sindicatos, “o ganho com o reajuste de agosto de 2017 é significativo para a categoria, pois não reflete apenas no salário, mas também no anuênio, nas gratificações de 30% do carteiro”, e também em outros benefícios como “o vale alimentação, o vale cesta, o vale extra no final do ano, décimo terceiro o recolhimento do FGTS, além dos reajustes no auxílio creche/babá e no auxílio para dependentes com deficiência. Ao colocar tudo isso no papel, é possível verificar que o índice de 2,07% retroativo é mais vantajoso que os 3% propostos para janeiro de 2018”, avalia a Fentect.

Também para o Sindicato dos Correios de São Paulo (Sintect-SP), filiado à Federação Interestadual dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios (Findex), que também representa os sindicatos do Rio de Janeiro, Bauru, Maranhão e Tocantins, “o acordo contemplou solicitações feitas um mês antes da reforma trabalhista entrar em vigor. “[Isso] foi o mais importante nesse momento, pois garante nossos direitos conquistados em muitos anos de luta, que estavam seriamente abraçados”, comemorou o sindicato.

Redução de direitos: Petroleiros rejeitam proposta e encerram assembleias defendendo greve

Os petroleiros das bases da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) rejeitaram na segunda-feira, 9, a proposta apresentada pela direção da Petrobrás que prevê a reposição da inflação com reajuste de 1,73% e aprovaram estado de greve.

De acordo com a FNP, a direção da Petrobrás, além de propor um reajuste de 1,73% para os petroleiros, quer cortar pela metade a remuneração de horas extras (que atualmente é um adicional de 100%), e propõem ainda 0% de reajuste para os Benefícios Educacionais, a redução da gratificação de férias, fim da Gratificação de Campo Terrestre, fim do Benefício Farmácia, entre outras reduções.

A entidade denuncia ainda que o RH, com a desculpa de reduzir custos, apresentou aos funcionários que atuam no regime administrati-

vo optarem pela redução de cinco para quatro dias trabalhados por semana, com diminuição proporcional de salário. Para a FNP, a ação é mais uma das manobras da direção da empresa para “retirar direitos e enxugar a empresa para privatizá-la”.

Na última sexta-feira, 6, o Conselho Deliberativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP) também deliberou pela realização de greves e paralisações a partir de 11 de novembro, contra a proposta apresentada. Segundo o coordenador da FUP, José Maria Rangel, “temos que continuar firmes na defesa da nossa pauta, reafirmando que com redução de direito não tem acordo. É fundamental que os trabalhadores participem massivamente das setoriais e dos seminários”, ressalta Rangel.

Justiça do RJ proíbe governo de cortar salários de grevistas

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio (TJ-RJ) decidiu na segunda-feira, 9, validar a proibição ao corte dos dias parados dos professores da Universidade do Estado do Rio (UERJ), que em março não deram aula.

A decisão validou uma liminar que havia sido obtida à época, quando o governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, anunciou a intenção de cortar 30% dos vencimentos dos professores em função da paralisação das aulas. Embora a categoria tenha entrado em greve posteriormente, a paralisação das aulas ocorreu devido à falta de condições de trabalho: o atraso do pagamento de terceirizados da limpeza e de segurança fez com que os profissionais não pudessem com-

parecer ao trabalho, o que se tornou um obstáculo para a continuidade das aulas.

Os professores da UERJ ficaram com os salários atrasados por vários meses seguidos, e atualmente estão sem receber o décimo terceiro de 2016 e os salários de agosto e setembro deste ano, por isso a categoria está, agora, em greve.

Segundo a Asduerj (Associação dos Docentes da UERJ), “às vésperas do início de outubro, sem ter sequer previsão do pagamento dos salários de agosto, a maioria dos docentes reunidos em assembleia no dia 27/9 decidiu pela greve da categoria”.

No julgamento desta semana a maioria dos desembargadores do Tribunal de Justiça considerou a pretensão do governador “descabida”, ferindo preceitos constitucionais.

Cobap organiza audiência para combater ataque à Previdência



Warley Martins, presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados



Encontro nacional da Anamatra reúne mais de 600 juizes em Brasília

“Reforma trabalhista não será aplicada acima da Constituição”, afirmam juizes do Trabalho

Os magistrados da Justiça do Trabalho afirmaram em um encontro realizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) na segunda-feira em (9), em Brasília, que diversos pontos da reforma trabalhista, que entra em vigor no próximo mês, não serão aplicados pois “desrespeitam a Constituição Federal e tratados internacionais” que o Brasil faz parte.

No segundo encontro de ministros do Tribunal Superior do Trabalho, desembargadores, procuradores e auditores fiscais do Trabalho sobre “Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho”, para debater a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), o Ministro

do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maurício Godinho Delgado, ressaltou que aqueles que estão a serviço da Justiça do Trabalho farão a “interpretação do diploma jurídico em conformidade com a Constituição. Não houve constituinte no país e não houve processo revolucionário que tenha suplantado a Constituição Federal. A Constituição é a grande matriz que vai iluminar o processo interpretativo da reforma trabalhista”, afirmou Godinho.

O presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, afirmou também em que a reforma trabalhista foi aprovada com inúmeras “inconstitucionalidades e inconveniências”. Segundo o magistrado, que comemorou a alta

adesão de profissionais da área ao evento, que teve mais de 600 inscritos, “negar ao Judiciário a sua independência institucional e, ao juiz, a sua independência técnica é fazer claudicar o sistema constitucional de freios e contrapesos. É ferir de morte a Democracia. E é, no limite, negar um dos fundamentos da República”, destacou Feliciano. Já o presidente da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas, Roberto Parahyba, lembrou que “a reforma foi aprovada de uma forma açodada, com uma urgência irresponsável e desmesurada”, para que a nova legislação pudesse atacar direitos fundamentais dos trabalhadores.

GM: Metalúrgicos de S. J dos Campos rejeitam acordo sem aumento real e que corta direitos

Os trabalhadores da GM de São José dos Campos rejeitaram em duas assembleias que reuniram 1.200 metalúrgicos nesta segunda-feira, 9, a proposta de acordo coletivo feita pela empresa.

A multinacional apresentou três propostas, sem incluir aumento real de salário em nenhuma delas. As propostas foram:

- 1,73% de reajuste salarial retroativo a setembro. O índice equivale à inflação

do período (entre setembro de 2016 e agosto de 2017) ou

- 1,73% de reajuste em março de 2018 e R\$ 550 de abono em outubro de 2018 ou - zero de reajuste salarial e R\$ 1.100 de abono em outubro.

Além dessas propostas, a empresa propôs fim da cláusula que garante a estabilidade para lesionados. Atualmente, em um universo de 4.500 funcionários, cerca de 1 mil possuem problemas de

saúde causados pelas condições de trabalho.

“A estabilidade dos lesionados é uma conquista histórica da categoria. Ao propor sua extinção, a GM quer demitir aqueles que perderam parte de sua capacidade de trabalho em razão das condições de produção impostas pela própria fábrica. Por isso, não podemos abrir mão desse direito”, afirma o presidente do Sindicato, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá.

Para Superior Tribunal Justiça, suspender auxílio-doença sem perícia médica é ilegal

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou ilegal a chamada alta programada, procedimento instituído por Medida Provisória por Temer com o objetivo de reduzir a concessão do benefício auxílio-doença a trabalhadores afastados por doença.

No procedimento, médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao concederem o auxílio-doença, fixam previamente o prazo para o retorno do segurado ao trabalho e também o fim do pagamento do benefício, sem a marcação pelo INSS de nova perícia.

A Primeira Turma analisou um recurso do INSS em relação a uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e entendeu que o fim do auxílio-doença deve ser, obrigatoriamente, precedido de perícia médica, em vez de ocorrer após prazo estabelecido pelo INSS como suficiente para a reabilitação do trabalhador.

O caso tem origem em um mandado de segurança apresentado, em 2006, por um morador da Bahia. Segundo a assessoria do STJ, a decisão vale somente para os envolvidos nesse episódio, mas abre um precedente para situações semelhantes. ara o relator do

caso no STJ, ministro Sérgio Kukina, a alta programada ofende a legislação sobre benefícios da Previdência Social. “A cessação de benefício previdenciário por incapacidade pressupõe prévia avaliação médica, sendo imprescindível, no caso concreto, que o INSS realize nova perícia, em ordem que o segurado retorne às atividades habituais apenas quando efetivamente constatada a restauração de sua capacidade laborativa”, declarou Kukina.

Em nota, a assessoria do INSS disse que a decisão da Primeira Turma não é definitiva e que irá recorrer.

Audiência pública contou com a presença da Anfip e do dep. Arnaldo Faria de Sá

A Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap) realizou nesta segunda-feira, 9, uma audiência pública em sua sede em São Paulo para debater “Os abusos da reforma da Previdência”.

A audiência foi uma iniciativa da Confederação para rebater os argumentos do governo Temer de que a reforma é inevitável e a Previdência pública é deficitária. Conduzida na forma de um debate, a audiência contou com a presença do presidente da Anfip (Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal) Floriano Sá Neto, do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), do ex-ministro da Previdência Carlos Eduardo Gabas, e também do representante da Casa Civil do Governo Federal, Bruno Biaco Leal, que defendeu a reforma.

Warley Martins, presidente da Cobap, iniciou a audiência destacando a ação da entidade junto ao deputado Arnaldo Faria de Sá e ao senador Paulo Paim na condução da CPI da Previdência no Congresso. “Estamos cada vez mais trabalhando em cima dessa CPI e contra a reforma da previdência e agora precisamos reforçar nossa unidade e impedir que ela avance. Deixamos passar a reforma trabalhista, a terceirização e agora, se não nos mobilizarmos, vão passar a reforma da previdência. E isso é o que o governo quer e nós temos que nos unir. Não vamos deixar uma maldade dessas acontecer; condenar os pobres a trabalharem até a morte”.

Já o representante do governo Leal alegou que o governo gasta demais com a Previdência, que é o maior gasto da União, e que daqui a alguns anos não haverá mais dinheiro para pagar aos aposentados. Todos argumentos que a CPI rebateu nos últimos meses. Como pontuou Floriano, “não conheço profundamente as contas do TCU, mas com certeza essas contas não vão bater com as do governo, porque o governo ora fala que o rombo é de R\$ 257 bilhões, e logo depois os números já são outros. Se o governo não acerta o que vai acontecer no ano seguinte, que dirá em 2060! Não tem como acreditar nessas premissas atuariais porque elas não existem, ou se existem são mal feitas”.

A Anfip, a organização “auditoria Cidadã da Dívida”, a OAB, a Anamatra e diversas outras entidades já estiveram presentes em audiências na CPI da Previdência, com estudos e pesquisas que mostram que não existe razão para aplicar essas novas regras de aposentadoria: 25 anos de contribuição mínima comprovada para ter acesso ao benefício – tanto no meio urbano quanto rural –, sendo 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral; idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens; pensão por morte de 50% do

salário do falecido mais 10% por dependente (limitado a até 4 filhos, apenas enquanto estes forem menores), além de outras atrocidades.

O representante do governo insistiu ainda no argumento de que as pessoas mais pobres se aposentam por idade, e não por tempo de contribuição, causando “prejuízos” à Previdência. Floriano rebateu apontando que “está certo, quem recebe um salário mínimo, na maioria, se aposenta por idade. Isso porque não consegue comprovar o tempo de contribuição. Agora vocês imaginem passar de 15 anos, como é agora, para 25. Quem é que vai conseguir se aposentar? Ninguém. Então a PEC do jeito que está hoje, até isso, impossibilita a aposentadoria por idade”.

O deputado Arnaldo Faria de Sá também rebateu alguns argumentos, e aproveitou para falar que o problema da Previdência não está na quantidade de aposentados, mas que “eles roubaram mesmo. Roubaram a Petrobrás, tudo, e agora falam em adequar. Tem é que acabar com a roubaheira. O que os bancos querem é acabar com a Previdência pública para colocar tudo na privada”, denunciou (leia mais na matéria abaixo).

Floriano pontuou, da mesma forma, que o governo foca apenas em buscar diminuir as despesas da Previdência, enquanto que poderia focar em aumentar a sua arrecadação: “Em 2016 as renúncias previdenciárias somaram R\$ 146 bilhões. Como entrar na discussão de reformas da Previdência sem tratar das receitas? É unicamente na área das despesas? Isso mostra que a reforma, por parte do governo, tem só um objetivo, que é diminuir os gastos previdenciários. Não tem nada na área de receitas, que melhore a fiscalização, a cobrança dos devedores”, concluiu.

MANIFESTAÇÃO

Ainda como parte da mobilização da Cobap contra a reforma, a entidade está organizando no próximo dia 9 de novembro uma grande manifestação no centro de São Paulo. O ato unirá representantes dos movimentos sociais e centrais sindicais, e também fará parte da campanha de abaixo-assinado pela revogação da reforma trabalhista de Temer.

“Desse jeito eles vão acabar com o nosso país. Já acabaram com o Rio de Janeiro. Ano que vem tem eleições. Sabemos que temos alguns deputados que não podem nunca sair do Congresso, mas nós sabemos que a grande maioria não vale o chão que pisam. Quem elege os deputados somos nós, mas eles querem deixar cada vez pior para o nosso lado, por isso vamos às ruas denunciar. Esses canalhas não podem nunca mais pisar no Congresso, muito menos como representantes do povo”, ressaltou Warley.

“Querem é livrar a cara dos maiores devedores da Previdência e descontar no trabalhador”, diz dep. Faria de Sá

Durante audiência sobre a Reforma da Previdência, realizada pela Cobap, o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PDT-SP) denunciou os muitos devedores do INSS, que têm dívidas monstruosas mas não pagam e nem são cobrados pelo governo: “Está sendo aprovado o Refis, que vai livrar a cara de toda essa cambada que está devendo para a Previdência Social. E ainda tem o Refis dos estados e municípios e do setor rural. Ninguém paga”, disse se referindo ao programa que permite aos grandes devedores da previdência renegociarem a dívida.

Faria de Sá também alertou para tentativa de aprovação da reforma a qualquer custo, contra a vontade do povo e sem diálogo. “Eles vão vir pesado, vão tentara aprovar na marra, vão tentar aprovar no grito. O governo pode não ter voto, mas tem dinheiro. Compram todos e se não formos para cima vamos ter problemas”, denunciou, alertando que os aposentados do Brasil podem impedir essa crueldade, com mobilização e pressão.

O deputado ainda ressaltou que “vamos mostrar o quanto esses caras devem para a Previdência social e denunciar que se existe alguma falta de recurso, está centrada principalmente nos devedores. Não vamos permitir que continuem com esse roubo. Praga neles!”, completou Faria de Sá.

Encontro de comunicadores anti-imperialistas reafirma o legado guevarista

O Encontro Latino-americano de Comunicadores Anti-imperialistas reuniu representantes de mais de 100 meios alternativos de 14 países em Vallegrande, na Bolívia, de 6 a 9 de outubro, como parte das comemorações dos 50 anos da presença de Ernesto Che Guevara no país.

Em meio a intensos debates, os participantes propuseram a criação de uma rede de comunicação solidária, como forma de fortalecer a luta contra a desinformação veiculada pelos meios hegemônicos de comunicação. Para concretizar a reivindicação, entregaram ao presidente Evo Morales a proposta de criação de uma escola de formação para os comunicadores comprometidos com a ação anticolonialista, solidária, aquela que defende a autodeterminação dos povos.

Para José Aramayo, diretor do Portal Resumen Latinoamericano, “os comunicadores alternativos, que fazem um trabalho comunitário, que têm compromisso com o povo, têm que superar o fato de atuarem como pequenas ilhas”. “Para termos voz, precisamos construir em nosso continente uma política de comunicação em que atuemos unidos, integrados. Somente desta forma poderemos fazer frente aos grandes meios”, ressaltou o jornalista.

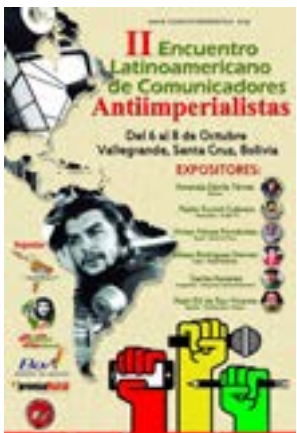
Diversos casos em que a mídia comercial invisibiliza os movimentos sociais, assim como criminaliza sua luta, foram relatados. Entre eles o “desaparecimento” de Santiago Maldonado, militante que apoiava a luta dos mapuches argentinos, sequestrado pelo governo Macri; a perseguição aos dirigentes mapuches no Chile, pelo governo Bachelett; inúmeros sequestros e assassinatos de lideranças populares e estudantes no México assim como a prisão criminosa de camponeses paraguaios de Curuguaty, que lutam pela reforma agrária.

EMANCIPAÇÃO

Amanda Dávila, ex-ministra de Comunicação da Bolívia, conclamou os presentes a seguirem o exemplo de Che. “Em vão a CIA e seus esbirros disseram que Che era cruel, que não tinha apoio. Em vão o enterraram em uma vala comum. Ele não está em Santa Clara, ele permanece vivo. Para nós, seguirá sendo o irmão latino-americano que nos mostra que é digno morrer por um mundo melhor”, afirmou Amanda. A ex-ministra lembrou que Che, ainda na Sierra Maestra, já demonstrava uma profunda compreensão da necessidade de travarmos a luta também no campo das ideias. “Devemos nos inspirar na ação de Che como jornalista, precisamos investigar a realidade para lutar também com a caneta, com a máquina fotográfica, que também são armas. Em 1957, o comandante levou mimeógrafo, stencil, tinta e papel para a Sierra Maestra, diante da admiração dos demais guerrilheiros. São as armas da guerra de palavras. Depois da vitória em Cuba, Che, Fidel e Jorge Ricardo Masetti criaram a agência informativa Prensa Latina, para disputar espaço com as agências comprometidas com o grande capital”, relatou Dávila. “Diante do cerco midiático que enfrentamos, diante da ação dos que tentam estrangular nossos processos de emancipação, é preciso retomar este exemplo. A hegemonia na comunicação é o maior instrumento dos grandes conglomerados na guerra que travamos neste momento. Precisamos romper este cerco, difundindo e desenvolvendo estratégias de propaganda, anunciando nossos avanços sem esconder os riscos e perigos que enfrentamos”, afirmou Amanda. “Sabemos que a imparcialidade é um mito, mas devemos buscar reconstruir a realidade da melhor forma que possamos. Reconhecendo que a subjetividade existe e atua na tarefa dos comunicadores, temos que ser fiéis e autênticos, mesmo que a realidade doa”, prosseguiu Amanda, para quem “essa é a diferença entre nós e o poder econômico”. “Temos que trabalhar com a verdade, pois ela está ao nosso lado. Defendemos o direito de cada povo construir seu destino. Nosso compromisso é o de que os recursos naturais de nossa nação sirvam ao povo, e não à banca mundial e aos especuladores”, afirmou Dávila. Sobre a política implementada no país vizinho de garantir 33% do espectro de rádio para as comunidades, a ex-ministra ressaltou que “já demos o microfone para que as pessoas falem, mas isso não basta. E preciso capacitar tecnicamente esses comunicadores”. “Na Bolívia já temos uma nova ordem política e econômica, porém não construímos ainda uma nova ordem na comunicação”, constatou Dávila, que conclamou os presentes a fazê-lo, em todo o continente.

Os grandes meios de comunicação, que estão fortemente vinculados à casta que controla as riquezas no planeta, precisam distribuir ideias que façam a dominação parecer plausível, necessária e lógica. Para fazer frente a esta farsa, ao final do evento, os presentes aprovaram uma declaração conjunta, exortando os comunicadores a atuarem de forma mais integrada para enfrentarem em melhores condições a disputa política e ideológica. Entre os pontos do documento, destacam-se a criação da Escola Ernesto Che Guevara de Comunicação, uma escola online de formação para comunicadores sociais que deverá oferecer formação online; o fortalecimento dos instrumentos de integração já gestados, como a ALBA e a UNASUL; articulando um espaço em que a comunicação seja livre e que garanta que todas as vozes possam se fazer ouvir.

MONICA FONSECA SEVERO
de Vallegrande, Bolívia



Encontro reuniu comunicadores de 100 meios de 14 países

Espanhóis se unem por diálogo e na condenação à repressão de Rajoy



As maiores concentrações ocorreram em Madri (foto) e Barcelona

“Ganhamos o direito à independência, mas propomos o caminho do diálogo”, afirma chefe do governo catalão

O presidente do governo regional catalão, Carles Puigdemont, em ato diante do parlamento da região, considerou válido o plebiscito de 1º de Outubro para que “a Catalunha se converta em Estado independente”, mas propôs ao parlamento a suspensão da declaração de independência para empreender um diálogo para chegar a uma solução acordada.

As declarações de Puigdemont respondem as massivas manifestações pelo diálogo por

todo a Espanha, inclusive a capital da Catalunha, Barcelona (ver matéria ao lado). Além disso, houve uma quantidade de empresas que declararam que retirariam suas sedes da região, devido a “incertezas”.

O chefe de governo local ressaltou ainda que há “uma necessidade imperiosa de desescalar a tensão” e, mostrando que não recorrerá a “ameaças, chantagens ou insultos”, anunciou que “é um momento de muito diálogo e valentia”.

Já a atitude do governo

espanhol tem sido de hostilidade; após enviar policiamento que feriu mais de 800 eleitores durante o plebiscito manteve o tom de chantagem. Rajoy declarou que manteria “mão firme” e que descarta “qualquer mediação entre a lei e a desobediência”.

A esta insultosa atitude, Puigdemont respondeu: “Sobretudo quero mandar minha solidariedade a todos os feridos e maltratados pela operação policial. Nunca o esqueceremos”.

“Norte-americanos entregaram 1.421 caminhões com armas e equipamentos a terroristas do EI”, afirma general sírio

“Sabemos que os Estados Unidos entregaram 1.421 caminhões, com equipamentos militares e armas, entre 5 de junho e 15 de setembro deste ano a terroristas na Síria. As armas eram supostamente destinadas a combater terroristas, mas, eventualmente, foram parar nas mãos de militantes do Estado Islâmico e Jabhat al-Nusra”, denunciou o chefe operacional do exército sírio, general Ali Al Ali, na segunda-feira (9) durante coletiva de imprensa sobre uma apreensão de armas.

Os próprios norte-americanos já se reuniram e afirmaram de público seu apoio em armas, dinheiro e treinamento a bandos terroristas para derrubar o governo sírio de qualquer jeito, mas as acusações do general mostram o governo norte-americano cúmplice de fanáticos ensandecidos, uns cortadores de cabeças e outros comedores de fígado humano, que pegaria muito mal a eles admitir apoio.

De acordo com o general,

o fornecimento de armas norte-americanas a estes degenerados é agora organizado por meio do programa de ‘assistência do Pentágono a aliados’, sob a prerrogativa do apoio à “oposição moderada”. No mesmo sentido, o vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Oleg Syromolotov, responsável pela coordenação antiterrorista, afirmou que apesar das medidas tomadas pela ONU, as armas, equipamentos militares, munição e cobertura política continuam beneficiando os terroristas instalados na Síria.

A operação de apreensão recolheu armas estadunidenses, francesas e belgas durante uma tentativa de ataque a uma instalação da polícia militar russa no dia 18 de setembro. O militar sírio, Walid Khali, explicou que as armas foram apreendidas há algumas semanas e “foram entregues a terroristas ilegais pelo exterior”.

“Existem mais de 100 itens de armas pequenas e lançadores de granadas feitos nos

Estados Unidos, Bélgica e França”, afirmou.

O apoio dos EUA aos terroristas busca reforçá-los em sua guerra contra as Forças Armadas da Síria. “Os Estados Unidos protegem Estado Islâmico em diversas regiões da Síria e dificultam, utilizando suas aeronaves, o exército sírio de acabar com os terroristas”, disse Hassan Nasrallah, líder do Hezbollah. De acordo com Nasrallah, o Estado Islâmico tem controle relativamente pequeno na Síria, em regiões próximas às fronteiras com o Iraque.

A coalizão liderada pelos EUA possui pouco mais de 70 membros realizando ataques aéreos ou terrestres utilizando artilharia, sem coordenação ou permissão de Damasco. Funcionários militares e diplomáticos russos já notaram repetidamente que o lado dos EUA, que declarou seu objetivo de eliminar Daesh e derrotar os terroristas na Síria, provou o contrário com suas ações.

GABRIEL CRUZ

Turquia responde a veto dos EUA a cidadãos turcos e suspende a emissão de vistos a norte-americanos

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, condenou nesta segunda-feira (9) a decisão da Embaixada dos EUA de suspender a emissão de vistos para cidadãos turcos não imigrantes.

A decisão da Embaixada de suspender todos os pedidos de visto é uma coisa ruim, afirmou o presidente turco em uma conferência de imprensa em Kiev ao lado de Petro Proshenko, Presidente da Ucrânia.

A medida do governo dos EUA se deu após a Turquia prender um funcionário do consulado dos EUA em Istambul, Metin Topus, cidadão turco, acusado de espionagem e vínculos muito próximos com o clérigo Fethullah Gulen exilado nos EUA e autor do golpe frustrado para derrubar Erdogan e o governo turco em 2016.

As tensões também se agravaram desde que os EUA começaram a fornecer armas para o grupo de milícias curdas na Síria que lutam contra o Presidente Bashar All Assad, são contrários ao governo turco e defendem a independência do Kurdistan tomando parte do

território da Turquia, Síria e Iraque. O Presidente da Turquia disse pessoalmente ao Presidente dos EUA, Donald Trump, em reunião no salão oval da Casa Branca que é frontalmente contra que os EUA continuem armando as milícias curdas.

A Embaixada dos EUA em Ancara classificou as acusações do governo turco contra seu funcionário como “acusação sem fundamento” e anunciou a interrupção do atendimento aos pedidos de vistos “enquanto avalia o comprometimento turco com a segurança das missões e funcionários dos EUA no país.”

Erdogan disse que “Washington está causando tensões desnecessárias” e determinou ao Ministério das Relações Exteriores da Turquia responder “de acordo com as regras de reciprocidade”. E que pedisse ao governo dos EUA que revejam a suspensão dos serviços de emissão de visas. Em seguida suspendeu a emissão de vistos para todo cidadão americano a partir dessa segunda (9) não podem mais entrar no país.

O Ministro da Justiça turco,

Abdullahmit Gul, declarou em um canal de TV de seu país que “Se os EUA estão seriamente preocupados com a segurança de suas missões nós podemos tomar as medidas necessárias para garanti-las, mas se as atitudes do governo americano são em relação à prisão do funcionário em Istambul, uma decisão que o judiciário turco tomou, quero deixar claro que julgar um cidadão turco que cometeu um crime na Turquia é direito nosso”, afirmou o ministro.

Por outro lado, o governo turco resolveu cooperar com os russos na operação militar que desenvolvem província de Idlib no norte da Síria, afirmou também nesta segunda (9) o Primeiro Ministro da Turquia Binali Yildirim. “Garantiremos a segurança em Idlib e cooperaremos com a Rússia” disse o Primeiro Ministro em uma reunião do Partido Justiça e Desenvolvimento (partido do governo) na província de Afyonkarahisar na região central do país.

A Turquia abriga uma base militar americana em seu território.

R. C.

Multidões vestidas de branco realizaram marchas em 50 cidades, condenando a repressão ao referendo, que feriu 800 pessoas, e clamando: “Conversem!”

Com roupas brancas – a cor da paz – e clamando “conversem!” – con-clamação dirigida à Generalitat catalã [governo regional] e a Madri, multidões foram às ruas de 50 cidades da Espanha no sábado (7), em repúdio à repressão decretada pelo governo neoliberal de Mariano Rajoy contra o referendo da Catalunha, que deixou mais de 800 feridos.

Os maiores atos ocorreram em Madri e Barcelona. 90% dos que votaram no referendo – que foram 42% dos 5,3 milhões de eleitores – decidiram pelo sim à separação da Espanha. Conforme pesquisa de opinião, 80% foi favorável à realização do referendo, embora não necessariamente pró independência.

No domingo (8), em Barcelona, onde as manifestações pela autonomia costumam congregam mais de um milhão de pessoas, um ato com cerca de 400 mil – parte vinda de ônibus de outros lugares da Espanha e com bandeiras espanholas – expressou que uma parte importante dos catalães não quer a separação. Na véspera outra manifestação em Madri, na praça Colón, juntou neofranquistas para amaldiçoar os “mossos” – a guarda catalã que tentou defender a população dos espancamentos – e pedir a prisão ao “traidor” Carles Puigdemont, presidente da Generalitat.

A realização do referendo foi o principal compromisso de campanha da coalizão que ganhou as eleições de 2015, com a aspiração à separação impulsionada pelo brutal arrocho e desemprego em massa sob o diktat da Troika a Rajoy, para salvar bancos, reforçada pela cassação em 2010 dos avanços na autonomia assinados em 2006 e pelo escândalo da corrupção na cúpula do PP, o partido do primeiro-ministro.

Numa nação multinacional como o Estado Espanhol, com vários povos e idiomas, a autodeterminação é o direito essencial – e, claro, voluntário –, que não implica na obrigação da separação – assim como o direito de divórcio não obriga casal algum a se desfazer. O que abrange não só a Catalunha, mas também a Galiza, a Andaluzia e o País Basco, com a unidade inclusive podendo ser a condição mutuamente mais vantajosa, sob a prisão de povos que é a União Europeia, e abaixo do tacão de Berlim e da ocupação dos EUA. E – como já visto – o maior sabotador da possibilidade de preservação da unidade da Espanha é exatamente o neoliberal Rajoy.

Nesta terça-feira, em Barcelona, Puigdemont foi até o parlamento regional catalão para apresentar o resultado do referendo. A tensão vem

se multiplicando à medida que grandes empresas estão mudando suas sedes para fora da Catalunha, como o CaixaBank e o Banco Sabadell, e o secretário de comunicação do partido de Rajoy, Pablo Casado, ameaçou Puigdemont de ter “o mesmo destino” de Lluís Companys. Este, o presidente da primeira Generalitat nos anos 1930, e que após a queda da República Espanhola foi preso, torturado e fuzilado pelo ditador Franco, que também acabou com a autonomia e proibiu por décadas o idioma catalão.

Na verdade, Rajoy é um primeiro-ministro desmoralizado pelos escândalos de corrupção e pela devastação da economia, assim como pela sabujice a Merkel, e seu governo é de minoria, só tendo 134 lugares, e apenas voltou ao poder graças ao ex-primeiro-ministro socialista Felipe González, que bancou no PSOE a abstenção diante de sua renomeação.

Além de estar em crise pela submissão à UE, a Espanha também agoniza sob uma fachada de monarquia inteiramente artificial e corrupta, fabricada para resolver o imbróglio pós-franquista. E Rajoy está vendo na mão dura contra os catalães a oportunidade para dar uma volta por cima, reanimar seus cães de fila neofranquistas e enquadrar os recalitrantes. Por outro lado, a unidade que pode ser conseguida na resistência ao arbítrio e ao neoliberalismo pode ter como desfecho a queda do frágil governo Rajoy e abrir espaço para revogar o arrocho e restaurar a ampliação da autonomia.

A prefeita de Barcelona, Ada Colau, que havia chamado Rajoy de “covarde” por sua repressão ao referendo, participou do ato no sábado por negociações entre Madri e a Generalitat. Para ela, não existe “coesão suficiente” dentro da sociedade catalã para a decretação unilateral da independência, que foi o que as duas manifestações de Barcelona – o referendo e a de domingo – demonstraram. “Os resultados do 1º de outubro não podem ser um aval para proclamar a independência”, afirmou. “Não precisamos de uma escalada que não beneficia ninguém. É hora de construir pontes, não de dinamitá-las”, afirmou. Ela também pediu que Rajoy retire da Catalunha os 10 mil policiais que enviou. Nas manifestações de branco de sábado, os participantes também denunciaram a intenção, anunciada por Rajoy, de usar o artigo 155 da Constituição para dissolver o governo catalão e intervir na região.

ANTONIO PIMENTA

Joan Manuel Serrat: “governo espanhol deve conversar com as forças catalãs”

Provavelmente a maior figura intelectual da Catalunha na atualidade, e ex-exilado da ditadura franquista, o cantor, compositor e poeta Joan Manuel Serrat afirmou durante homenagem que recebeu em Rosário, Argentina, que o governo espanhol “por uma vez, ainda que seja só uma vez, tome a iniciativa política e em lugar de mandar contra a cidadania as forças públicas, mostre vontade de conversar com as forças políticas catalãs”.

“Crendo nas autoridades espanholas e catalãs lhes peço que falem ainda que não saibam do quê. Que falem ainda que não tenham nada que se dizer, porque nunca se fala o suficiente quando há vontade de solucionar coisas. Ou apartem-se e deixem que sejam outros os que falem”, acrescentou o cantor de 73 anos.

Serrat também criticou o governo da Generalitat. “Seria bom se ele abandonasse sua atitude sectária e proselitista e que antes de nos enviar a todos os catalães para o limbo da terra prometida da independência, falasse sobre os custos que nos representarão para os cidadãos irem para o céu ou desse uma mão para resolver

esta situação de tensão, incerteza em que não merecemos viver”. O artista salientou que “uma vez que foi pedida a consulta sobre a independência, eu me expressei ao nível individual, contrariando os caminhos, a imprudência com que foi feita e a forma como o governo catalão a aprovou no processo de urgência”.

“A isso”, continuou Serrat, “o governo espanhol não teve melhor resposta do que lançar gasolina no fogo. Como minha mãe disse: eles a mataram e ela morreu sozinha.” Serrat também advertiu sobre os perigos da divisão da sociedade catalã. “Assim, lançando uns aos outros as culpas de um conflito que não se resolve estão passando os dias, as situações são agravadas e uma fratura é provocada entre diferentes partes da sociedade catalã que tem sido historicamente caracterizada por viver sempre entre esses magníficos valores que são o julgamento e a explosão”, assinalou. “O que vivemos na Catalunha hoje, senhoras e senhores, é um fracasso. E, como o intelectual Joan Fuster disse, um fracasso nunca é improvisado. É construído”, finalizou.

Partido do Trabalho completa 72 anos à frente da construção socialista na RPDC

O Partido do Trabalho da Coreia – PTC, fundado por Kim Il Sung em 10 de Outubro de 1945, completará nesta terça-feira (10) 72 anos à frente da luta do povo coreano pela independência, na construção do socialismo e contra o imperialismo.

No último sábado (7) o Comitê Central do partido reuniu-se em sessão plenária para discutir dois pontos de pauta: as tarefas diante da situação política atual no país e no mundo e questões de organização.

Coube ao presidente do PTC, Kim Jong Un, dar o informe ao pleno que reuniu os membros efetivos e suplentes do C. C. do PTC, os membros da Comissão Revisora Central do PTC, os funcionários do C. C. responsáveis pelos ministérios, pelos órgãos centrais das cidades e distritos e também os quadros das fábricas e das empresas.

Em seu informe o presidente do PTC analisou e avaliou a complexa situação internacional em relação à República Popular Democrática da Coreia e apresentou as propostas do partido para o enfrentamento imediato dessa situação e para o desenvolvimento econômico e os meios para colocar em prática essas propostas.

Kim Jong Un assinalou que com suas forças seguidoras o imperialismo norte-americano faz desesperados esforços para suprimir completamente o direito à soberania da RPDC e à sua existência e desenvolvimento, inventando no C.S. da ONU “resoluções de sanções” uma atrás da outra.

Segue abaixo os principais trechos do informe do máximo dirigente da Coreia e presidente do Partido do Trabalho da Coreia, Kim Jon Un.

“Com seriedade, nossas armas nucleares são o resultado preciso da luta sangrenta do nosso povo para defender o destino e a soberania da pátria que sofre ameaça nuclear permanente dos imperialistas yanques há longo tempo, e poderoso dissuasório que protege firmemente a paz e a segurança da Península Coreana e do nordeste asiático, um justo e potente remédio que elimina a nuvem negra do despotismo que tende a trazer severas catástrofes à humanidade e permite aos povos desfrutar de uma vida independente e feliz sob o claro céu azul”, afirmou.

E prosseguiu: “Ainda em meio às crescentes sanções dos imperialistas yanques e seus satélites, este ano se desenvolveu vertiginosamente no país as ciências e as técnicas e com base nelas a economia nacional. Na luta para materializar as resoluções do VII Congresso do PTC adquirimos preciosas experiências para forjar o futuro e superar quaisquer sanções dos inimigos, pois já aperfeiçamos de maneira independente a estrutura econômica do país em sólida base.

“A situação criada e a realidade de hoje demonstraram que foi muito justo que nosso partido avançasse com passos firmes pela única senda do socialismo de Juche assumindo firmemente a linha do desenvolvimento paralelo da construção econômica e das forças armadas nucleares que devemos continuar a seguir no futuro. A posição de princípios e a estratégia de reação revolucionária de nosso partido para pôr fim à chantagem e à ameaça nuclear dos imperialistas norte-americanos, consolidar mais o poder da economia nacional e abrir o largo caminho para a construção da potência econômica socialista. Devemos fortalecer ainda mais nossa força sob a bandeira da independência, da autoconfiança e frustrar rotundamente as imprudentes manobras de provocação de guerra nuclear dos inimigos e suas vis campanhas de sanção e esmagamento.

Ao falar da importância da unidade entre o partido e as massas, Kim Jong Un destacou que “A unidade monolítica é o cimento da existência de nosso Partido e do Estado e é a arma mais potente de nossa revolução. Devemos estabelecer mais estritamente o modo partidário revolucionário de servir fielmente ao povo. A chave principal para frustrar as manobras de sanções e esmagamento é converter o desfavorável em favorável e intensificar por todos os meios o caráter independente e jucheano da economia nacional. As ciências e as técnicas devem ser a locomotiva da construção da potência socialista. O Conselho de Ministros e todos os organismos de direção do governo e da economia devem operar bem e comandar bem para materializar a estratégia de reação revolucionária.”

Para isso também “o Partido deve fortalecer por todos os meios a função e o papel combativo das organizações partidárias em todos os níveis, dos comitês da organização primária e células do partido para que todos os organismos partidários se movam sempre de maneira combativa e dinâmica sob a direção única do C. C. do Partido, materializando a linha e as orientações do PTC, que goza do apoio e da confiança de todo o Exército e do povo.

“Ainda que a situação hoje seja muito severa, se abrirá o caminho vitorioso se mantivermos firmemente a linha independente em qualquer mudança ou circunstâncias. Graças à firme base econômica preparada pelo presidente Kim Il Sung e pelo Dirigente Kim Jong Il, os cientistas e técnicos formados por nosso partido, o Exército e o povo armados com o espírito revolucionário do PTC e a tradição de luta apoiada na autoconfiança, nossa causa é invencível”, finalizou o presidente do PTC.

ROSANITA CAMPOS

Air Berlin, a 2ª maior empresa aérea alemã, está insolvente há três meses e vai demitir 1.400

A segunda maior companhia aérea alemã Air Berlin anunciou que pode deixar de operar nos próximos dias, segundo o comunicado enviado aos funcionários e à imprensa pela companhia na segunda-feira (9).

A empresa aérea declarou insolvência no dia 15 de agosto e mesmo com as ofertas de compra por parte da Lufthansa e da Easyjet, a Air Berlin pode paralisar seus voos até o dia 28 de outubro. O comunicado da companhia também aconselha que seus 1.400 funcionários procurem emprego desde já, enquanto seus executivos analisam a venda dos ativos.

Desde que anunciou insolvência em agosto, reportando perdas na ordem de 1,2 bilhão de

euros, para não fechar as portas a empresa precisou recorrer a empréstimos do governo no valor de 150 milhões de euros, de modo a possibilitar a operação até que sejam finalizadas as negociações para a venda de suas rotas e aviões, assim como de seus demais ativos. As conversas devem prosseguir até quinta-feira (12) e, se houver acordo, a Air Berlin dará início ao processo de encerramento das operações.

“Após os contratos de compra serem firmados, a empresa deve encerrar suas operações passo a passo”, disse a Air Berlin no comunicado. A previsão é que até o dia 15 de outubro todos os voos sejam encerrados.

Evo: “Che vive na luta contra o império e em defesa dos povos”



Presidente Evo Morales coordenou as homenagens



Líderes políticos, partidos progressistas e artistas de 30 países prestigiaram a festa dedicada ao Che

“Esta é uma festa para recordar a ação heroica do Che e a melhor maneira de homenageá-lo é manter a luta anti-imperialista”, afirmou Evo à multidão na solenidade pela passagem dos 50 anos de seu último combate na Bolívia

Presidente Evo Morales coordenou, em Vallegrande, as comemorações em homenagem aos 50 anos da queda em combate do guerrilheiro heroico. Evento mobilizou milhares de militantes de movimentos sociais, partidos progressistas e revolucionários, autoridades, músicos e intelectuais de mais de 30 países

“O comandante Ernesto Che Guevara vive na luta contra o império, no nosso compromisso de defesa dos povos, da vida e da Humanidade. Esta é uma festa para recordar a sua ação heroica, este meio século em que aquele exemplo de homem novo passou para a eternidade”, afirmou o presidente boliviano Evo Morales, diante de uma multidão que tomou a pista central do aeroporto de Vallegrande para homenagear o comandante cubano-argentino.

Ao lado de autoridades como o vice-presidente de Cuba, Ramiro Valdez; do guerrilheiro cubano Pombo – que combateu na Bolívia ao lado do Che; de Aleida Guevara, sua filha, de cantores como o uruguaio Daniel Viglietti, e de lideranças de movimentos sociais, partidos revolucionários e progressistas, representantes governamentais, autoridades, músicos e intelectuais de mais de 30 países, o povo boliviano cantou, dançou, debateu e festejou suas conquistas, tendo como sede a simbólica cidade.

Nos arredores de Vallegrande, cercado por mais de cinco mil soldados, o grupo conformado por 17 guerrilheiros foi emboscado na Quebrada del Yuro. Dali, ferido, Che é levado até La Higuera, onde é assassinado cobardemente, à queima roupa, por ordens da CIA. Lembrando a sua coragem e identidade com a construção da Pátria Grande, a população vallegrandina cultua todos os lugares por onde passou o comandante, mesmo a lavanderia onde

seu corpo foi exposto, hoje local de peregrinação.

No hospital onde fica a “Lavanderia do Che”, médicos cubanos prestam serviços públicos e gratuitos de qualidade à população. Algo inimaginável até 11 anos atrás, quando começou o processo de transformações do “mandar obedecendo” do governo de Evo Morales.

Durante os dias do “Encontro Mundial 50 anos do Che na Bolívia”, a cidade também sediou uma “Feira da Saúde”, que ampliou a acessibilidade com um mutirão de 60 especialistas de 26 especialidades médicas. Como recordou o cubano Ariel Rodríguez Prado, sintonizados com ideal de entrega e desprendimento do Che, hoje Cuba mantém no país mais de 730 médicos e profissionais da saúde, presentes nos locais mais remotos. Mesmo no pequeno povoado de La Higuera, a bandeira cubana tremula ao lado da boliviana, com o centro médico atendendo camponeses que jamais haviam visto um “doutor”.

“A melhor maneira de homenagearmos o Che é seguindo sua luta anti-imperialista”, declarou Evo, frisando a necessidade de construirmos um mundo “sem invasores nem invadidos, sem bases militares e onde os recursos esterilizados em armas nucleares e químicas sirvam para derrotar a exclusão e a pobreza”. Enfatizando a necessidade de construir um novo sistema financeiro, “oposto a este em que mandam os bancos e em que as instituições dos países centrais existem para violar a soberania nacional dos demais”.

A construção da democracia participativa, assinalou o presidente boliviano, é a essência do “mandar, obedecendo, com ações políticas que protejam a vida dos mais vulneráveis”. Da mesma forma, ressaltou, “é preciso erradicar o colonialismo e o neocolonialismo cultural e tecnológico, com a usurpa-

ção de saberes”.

A luta pela liberdade de imprensa, disse Evo, é um ponto chave para garantir o direito à informação, “pois muitas das mentiras dos grandes conglomerados de comunicação apenas servem para justificar invasões, debilitar governos anti-imperialistas e criminalizar movimentos sociais”. A construção de uma “nova ordem mundial baseada na solidariedade e não na exploração por alguns poucos bancos e transnacionais”, apontou o líder boliviano, está na ordem do dia, com “o combate aos desmandos do FMI”, da mesma forma que ao racismo, ao preconceito e à xenofobia.

UNIDADE

Para que estes pontos sejam incorporados em nossas agendas, declarou Evo, é necessária a unidade e a mobilização do conjunto das forças sociais, que devem se somar para garantir as Malvinas para a Argentina, o reconhecimento do estado palestino, a paz na Síria, a devolução de Guantánamo para Cuba e o Mar para Bolívia.

“Che nos deixou sua ideologia, seus princípios, seu exemplo. Contra o intervencionismo, Che afirmou o internacionalismo. E é este sentimento que vemos aqui presente e que se espalha pelo mundo, pela liberdade dos povos”, concluiu.

Na avaliação do líder boliviano, da mesma forma que os colonizadores tentaram de todas as formas asfixiar e calar as guerrilhas independentistas de Tupac Amaru, Tupac Katari, Juana Azurduy, Bolívar, Hidalgo, Sucre, San Martín e Artigas, de nada adiantou o imperialismo e o neocolonialismo tentarem abafar a rebeldia dos povos que se levantaram e se levantam pela sua soberania e independência. “Foi conhecendo nosso continente, ferido pelo saque, que o Che encontrou sua causa: a luta pela liberdade dos nossos povos”, enfatizou, sob aplausos.

LEONARDO SEVERO, de Vallegrande, Bolívia

Apontamentos de Che sobre um livro famoso

Continuação da página 8

Pág. 534 - nº 158

MÉP: “Entre as empresas estatais está amplamente estendida a forma de salário por obra realizada.

“Diferentemente do “salário por peça” capitalista, baseado na intensificação excessiva do trabalho e que não repõe o desgaste da força de trabalho, no socialismo o salário por obra realizado se baseia em normas progressivas médias de produção acessíveis à grande massa de trabalhadores e assegura o aumento da produção a medida em que se eleva a produtividade do trabalho. Esta forma de salário impulsiona a total e racional utilização das máquinas, do equipamento industrial, das matérias primas, do tempo de trabalho, a implantação dos aperfeiçoamentos técnicos e a melhor organização do trabalho e da produção. O salário por obra realizada propicia o desenvolvimento da emulação socialista, posto que a alta produtividade do trabalho se traduz também numa alta remuneração”.

CHE: “Estão com uma mangueira entre as mãos e querem tapá-la com uma folha de parreira, a única diferença é o destino do trabalho excedente”.

Pág. 546 - nº 162

MÉP: “O postulado da lei do valor reside em que os preços das mercadorias correspondem à inversão do trabalho socialmente necessário. A lei do valor impulsiona as empresas a conseguirem que os custos individuais de produção de uma determinada mercadoria sejam, dentro do possível, inferiores ao custo socialmente necessário. Se o custo individual de uma empresa excede o custo socialmente necessário, pelos quais se

determinam os preços, esta empresa não poderá cobrir integralmente seus custos e operará com perdas. As empresas em que os custos individuais coincidem com os custos socialmente necessários ou sejam inferiores a eles estarão em situação mais vantajosa, assegurarão a rentabilidade da produção. A rentabilidade de uma empresa significa que os meios obtidos para ela realizar seus produtos cobrem o custo de produção e geram um ingresso excedente. A rentabilidade é um dos índices mais importantes da efetividade econômica do funcionamento das empresas durante um período de tempo. O cálculo econômico coloca as empresas em uma situação na qual se vêem obrigadas a conseguir a maior economia possível nos recursos e a serem empresas rentáveis”.

CHE: “A rentabilidade é uma noção relativa numa economia planificada. O fato de que se tenha buscado uma fórmula que automatiza o processo por meio de relações monetárias a converte em um instrumento de controle, porém também inaugura a luta por fazê-la efetiva por todos os meios ao alcance das empresas. Pode-se dizer que é um bom instrumento, porém o sistema empregado não é o único utilizável”.

Pág. 548 - nº 164

MÉP: “O cálculo econômico se baseia no interesse material das empresas, de todos os trabalhadores e do pessoal dirigente, no cumprimento dos planos, no rápido e constante auge da produção, na gestão econômica e racional da empresa e na garantia da rentabilidade destas.

“O interesse material da

empresa e de seu pessoal no cumprimento do plano e no auge da produção o assegura, sobretudo, o fato de que a empresa obtém os recursos financeiros em consonância com os resultados de suas atividades econômicas. Ademais se deixa à disposição da empresa uma parte dos ingressos (dos lucros), que se destina a completar os meios de rotação e as inversões e melhorar as condições de existência de seus operários e empregados em relação às demandas culturais e sociais, a premiar os melhores trabalhadores, etc.”

CHE: “É a demonstração de que o cálculo econômico se utiliza como balança administrativa, é uma espécie de fixação das regras do jogo para que as empresas lutem para obter o máximo na partilha.

Pág. 551 - nº 165

MÉP: “Os meios materiais e monetários de que dispõem as empresas socialistas constituem os fundos destas empresas. Diferentemente do capital que expressa as relações de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, os fundos das empresas socialistas representam a propriedade social e se usam em interesse de toda a sociedade. Os fundos das empresas estatais são propriedade de todo o povo, posta a disposição dessas empresas. Os fundos das empresas cooperativas são propriedade cooperativa das próprias empresas que os manejam.”

CHE: “Nem todos os fundos se usam em interesse de toda a sociedade, há um fundo de empresa que serve para satisfazer as necessidades desse coletivo e para aumentá-lo lutam os membros do mesmo, em contradição com os restantes”.

Pág. 561 - nº 169

MÉP: “O ingresso líquido da empresa estatal é a parte do ingresso líquido criada pelo trabalho adicional para a sociedade que se acumula na empresa e se utiliza em parte considerável para suas próprias atenções. O ingresso líquido centralizado do Estado é a parte do ingresso líquido da sociedade que se concentra em mãos do Estado, para aplicá-la às necessidades de todo o povo.”

CHE: “Observe-se que o ingresso líquido da empresa estatal se reverte nela mesma. Este é um dos pontos fracos do sistema, o que contribui para o fortalecimento da empresa dentro da superestrutura da sociedade socialista.”

Pág. 564 - nº 170

MÉP: “Em relação com o processo de fortalecimento do cálculo econômico, vai crescendo a parte do ingresso líquido (lucro) da empresa dentro da massa global do ingresso líquido da sociedade e vai diminuindo proporcionalmente a parte do ingresso líquido centralizado do Estado do chamado imposto de circulação.

“Incrementa-se a parte do ingresso líquido (lucro) das empresas estatais colocadas a disposição destas. E, com isso, aumenta a importância do ingresso líquido (lucro) da empresa para a ampliação da produção nesta empresa (incremento de fundos de rotação, financiamento de investimentos básicos), para o aperfeiçoamento da produção, o pagamento de prêmios aos trabalhadores da empresa e a elevação de seu nível material e cultural. E isso fortalece o interesse material da empresa e de seu pessoal na economia

e o emprego efetivo de seus recursos e no aumento da rentabilidade da produção.”

CHE: “Extrapola sobre o dito no 169”.

Pág. 577-578 - nº 179

MÉP: “Como temos dito, as Estações de Máquinas e Tratores (EMT) desempenharam um importante papel na criação e no fortalecimento e desenvolvimento do regime kolkhiano. Mas, na nova etapa de desenvolvimento dos kolkhos, a forma anterior de serviço técnico de produção dado aos kolkhos por meio da EMT começava a entorpecer o cumprimento da tarefa central que era necessário resolver para construir o comunismo, a saber: a elevação da produtividade do trabalho. A coexistência dos donos, o kolkhos e a EMT numa só terra e num só processo de produção começou a engendrar uma série de contradições que freavam a utilização mais efetiva da terra, da técnica e da mão de obra e elevavam o custo de produção dos produtos agrícolas.

[...]

“Desto modo, foi amadurecendo a necessidade de vender aos kolkhos o equipamento técnico concentrado nas Estações de Máquinas e Tratores e de reorganizar estes centros sob a forma de Estações técnicas de conserto.”

CHE: “Este é um exemplo palpável de contradições que vão se tornando antagônicas entre a propriedade social e a da coletividade individual. As EMT podiam ter muitos vícios de burocratismo, mas a superestrutura impôs sua solução: maior autonomia, mais riqueza particular”.

Apontamentos de Che sobre um livro famoso

[NOTA DO HP: Nos 50 anos da morte de Ernesto Che Guevara, escolhemos, pela sua importância, reproduzir o seguinte texto, publicado originalmente em nossa edição de 05/10/2007, e, depois, na segunda edição do livro “A História Continua”, Fundação Instituto Claudio Campos, 2015, página 111.]



Nos anos de 1965 e 1966, em sua estada na Tanzânia e Praga, antes de internar-se na Bolívia, Ernesto Che Guevara concluiu a primeira etapa de um estudo do *Manual de Economia Política* da Academia de Ciências da URSS, edição em espanhol de 1963.

Che marcou 225 parágrafos do texto em verde, vermelho e azul, redigindo breves comentários críticos sobre cada um deles - notas que pretendia aprofundar e desenvolver posteriormente.

O trabalho era parte do plano, que deixou também indicado, de produzir um livro que abordasse a economia política da transição socialista e do próprio socialismo por uma ótica diversa da apresentada pelo manual.

“Nossa tese”, afirmou Che, “é que as mudanças produzidas pela Nova Política Econômica (NEP) calaram tão fundo na vida da URSS que tem marcado como um signo toda essa etapa... a superestrutura capitalista foi influenciando de forma cada vez mais marcada as relações de produção e os conflitos provocados pela hibridização que significou a NEP estão se resolvendo hoje a favor da superestrutura; se está regressando ao capitalismo”.

A conclusão do Che, que grifamos em negrito, é clara e não dá margem a dúvidas. Ele considerava a URSS um país socialista que, no entanto, se encontrava num processo de retorno ao capitalismo, mormente porque, e isso veremos adiante, cada passo atrás era apresentado como um avanço em direção ao comunismo.

Na nossa modesta opinião, o julgamento de Che sobre a NEP e sua permanência na vida da URSS, como causa determinante desse retrocesso, não nos parece exato.

Implantada no 10º Congresso do PCUS, em 1921, a NEP estava

já superada em 1929, apesar da resistência aberta oposta até aquele ano pelo grupo de Bukharin (que contava com o apoio velado de Zinoviev e Trotsky) à nova política de industrialização acelerada e coletivização da agricultura, materializada no Primeiro Plano Quinquenal (1928-1933).

Mas também não nos parece que a idéia da permanência de uma superestrutura capitalista originada pela NEP estivesse suficientemente consolidada no pensamento do Che, e que ele a mantivesse ao final dos estudos aos quais se dedicava.

A noção de dever a partir da qual ele impôs a si próprio a pesada empreitada de encontrar explicações e soluções para problemas que na época poucos foram capazes de atribuir importância nos leva a pensar desse modo.

Isso fica bastante claro no seguinte trecho:

“Ao iniciar um estudo crítico do mesmo [Manual de Economia Política] encontramos tal quantidade de conceitos conflitantes com a nossa maneira de pensar que decidimos iniciar esta empresa - o livro que expressasse nossos pontos de vista - com o maior rigor científico possível e com a máxima honestidade. Qualidade imprescindível esta última, porque o estudo sereno da teoria marxista e dos fatos recentes nos colocam na posição de críticos da URSS, posição que se tem convertido em um ofício de muitos oportunistas que lançam dardos desde a extrema esquerda para benefício da reação.

“Estabelecemos o firme propósito de não ocultar uma só opinião por motivos táticos, porém, ao mesmo tempo, de sacar conclusões que pelo seu rigor lógico e alcance de visão ajudem a resolver problemas e não contribuam só para apresentar interrogações sem solução”.

A chave para se compreender o estágio das reflexões do Che, naquele momento, sua força e também suas insuficiências,

pode ser encontrada na transcrição e no comentário crítico que faz do 221º parágrafo anotado, que consta da página 706 do *Manual de Economia Política* (MEP).

MEP: “Em sua última obra, *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*, Stalin apresentou alguns problemas importantes da teoria marxista-leninista: o caráter objetivo das leis econômicas do socialismo, o da lei do desenvolvimento planejado e proporcional e outros. No entanto, é preciso dizer que esse trabalho e alguns outros de Stalin contêm teses errôneas, tais como a de que a circulação mercantil representa já, na atualidade, um freio para o desenvolvimento das forças produtivas e de que já amadureceu a necessidade da passagem gradual ao intercâmbio direto de produtos entre a indústria e a agricultura; a insuficiente apreciação da vigência da lei do valor na esfera da produção, em particular no tocante aos meios de produção, etc.”

CHE: “Nos pretensos erros de Stalin está a diferença entre uma atitude revolucionária e outra revisionista. Aquele vê o perigo das relações mercantis e trata de enfrentá-lo superando as dificuldades, a nova direção, pelo contrário, cede aos impulsos da superestrutura e acentua a ação mercantil, teorizando para isso que o aproveitamento total dessas palancas econômicas leva ao comunismo. Há poucas vezes que se lhes oponham publicamente, mostrando assim o tremendo crime histórico de Stalin: ter desprezado a educação comunista e instituído o culto irrestrito à autoridade.”

A ambivalência da avaliação de Che a respeito de Stalin se expressa de forma nítida. Por um lado o considera, indiscutivelmente, um

revolucionário, termo ao qual atribuía um significado muito especial, por outro se resente do fato dele não haver atendido a todas as suas expectativas, a ponto de repetir as expressões “crime” e “culto” utilizadas justamente pela “nova direção revisionista” como cortina de fumaça para o gradual recuo em relação às

posições socialistas, empreendido a partir da morte do grande dirigente, no ano de 1953.

Esta dificuldade certamente o impediu de apreender e retirar tudo que era possível das concepções de Stalin - e particularmente da obra citada, que trata fundamentalmente das mesmas questões sobre a quais ele se debruçava.

Problemas Econômicos do Socialismo na URSS, escrito em 1952, tanto em sua primeira quanto em sua segunda parte é nada mais nada menos do que uma série de observações críticas ao projeto do *Manual de Economia Política*, cujo texto original, Stalin considerou que continha não poucos erros e imprecisões.

Che o critica na versão de 1963. Conforme ele afirma, “depois que sofreu mudanças pronunciadas em sua estrutura e orientação, a medida em que se produziam câmbios na URSS”.

Stalin o criticou antes mesmo da publicação. E é importante registrar que nos pontos que ele abordou com maior profundidade suas observações foram olímpicamente desconsideradas já na primeira versão impressa, o que mostra que o princípio da autoridade não era tão irrestrito quanto poderia parecer à primeira vista.

Mas isso não tira o mérito do esforço empreendido pelo Che na busca da verdade, nem do resultado a que chegou em suas reflexões.

“Nossa força de coração há de provar-se aceitando o repto da Esfinge e não nos esquivando

de produção de umas empresas estatais a outras não muda a propriedade, o Estado socialista segue sendo proprietário desses meios de produção. Isso não é obstáculo para que também neste caso os meios de produção passem de uma empresa a outra sob a forma de compra e venda e sejam, portanto, mercadorias. Isso se explica pelas relações mútuas que existem entre a propriedade estatal e outras formas de propriedade, pela unidade que forma a economia socialista e por características inerentes a propriedade estatal”.

CHE: “Escapam aqui duas incorreções graves. A primeira é que o ato de compra e venda significa o traslado da mercadoria de um possuidor a outro. E mercadoria, vimos no princípio, é todo o produto suscetível de mudança de propriedade. A segunda é que se explica isso pela diversidade de formas de propriedade social, em todo o caso se poderia admitir a compra e venda para as relações entre os kolkhoses e o resto da propriedade social, mas não impô-la ao conjunto.



“Nossa força de coração há de provar-se aceitando o repto da Esfinge e não nos esquivando de sua interrogação formidável”, afirma Che citando El Ariel, de José Rondó, ao final da exposição sobre a necessidade do livro que se preparava para escrever. A morte o levou no ano seguinte, já se vão 50 anos. Mas Che segue mais vivo do que nunca, pelo seu exemplo, por suas realizações como revolucionário e sobretudo pelo vigor e atualidade do seu pensamento

de sua interrogação formidável”, afirma citando El Ariel, de José Rondó, ao final da exposição sobre a necessidade do livro que se preparava para escrever.

A morte o levou no ano seguinte, já se vão 50 anos. Mas Che segue mais vivo do que nunca, pelo seu exemplo, por suas realizações como revolucionário e sobretudo pelo vigor e atualidade do seu pensamento.

Transcrevemos aqui alguns dos apontamentos preliminares feitos por ele a respeito dos 225 parágrafos que assinalou no *Manual de Economia Política*, por problemas de espaço serão

poucos. Mas recomendamos a todos a leitura e o estudo da obra completa, que é composta também por uma síntese biográfica de Marx e Engels, uma seleção inédita de notas críticas sobre obras econômico-filosóficas do marxismo e diversas atas de reuniões que efetuou no ministério das Indústrias: *Apuntes Críticos a la Economía Política*, editado por Maria Del Carmen Ariet Garcia, Centro de Estudios Che Guevara, editora Ocean Press, Havana, Cuba, primeira edição 2006.

Com a palavra o comandante Che Guevara.

SÉRGIO RUBENS

Pág. 62 - nº 6

MEP: “O trabalho abstrato que forma o valor da mercadoria é uma categoria histórica, uma forma específica de trabalho social, inerente tão só à economia mercantil. Na economia natural, os homens não criam produtos para a troca, e sim para a satisfação de suas necessidades, o que faz com que o caráter social de seu trabalho se manifeste diretamente sob sua forma concreta. Por exemplo, quando um senhor feudal se apodera do produto do excedente dos camponeses servos sob a forma de renda em trabalho ou em espécie, se apropria diretamente de seu trabalho sob a forma de prestações pessoais ou de determinados produtos”.

CHE: “É importante a forma de expressar a categoria trabalho abstrato. Ao negá-la nas relações feudais, com o qual se nega seu caráter de mercadoria, também se nega implicitamente esta categoria no socialismo, onde o trabalho humano não adquire forma de mercadoria e onde existe um possuidor único dos meios de produção. Há que ter isso em conta para

quando se tratar do regime socialista”

Pág. 348 - nº 81

MEP: “A lei do valor atua dentro da economia nacional, com certas limitações, como regulador da produção no setor da pequena economia mercantil e no setor capitalista, porém não regula a produção no setor socialista. No setor socialista deixa de atuar a lei da taxa média de lucro. Os investimentos de capital neste setor não são feitos com base na lei da taxa média de lucro, mas na lei do desenvolvimento planejado da economia nacional”.

CHE: “Correto, levar isso em consideração mais adiante”.

Pág. 412 - Nº 93

MEP: “Já não há no mundo forças capazes de restaurar o capitalismo em nosso país, de derrubar o campo socialista. O perigo da restauração do capitalismo na União Soviética foi eliminado. Isso significa que o socialismo triunfou, não só plenamente, mas também definitivamente”.

CHE: “Afirmação que pode ser objeto de discussão. As últimas revoluções econômicas da URSS se assemelham às que tomou a Iugoslávia quando escolheu o caminho que a levaria a um retorno gradual para o capitalismo. O tempo dirá se é um acidente passageiro ou entra na uma definida corrente de retrocesso.”

“Tudo parte da equivocada concepção de querer construir o socialismo com elementos do capitalismo sem mudar-lhes realmente o significado. Assim se chega a um sistema híbrido que leva a um beco sem saída ou de saída dificilmente perceptível que obriga a novas concessões às alavancas econômicas, ou seja, ao retrocesso”.

Pág 512 - nº 136

MEP: “Não obstante, a maior parte dos meios de produção - ferramentas, máquinas, metais, carvão, petróleo, etc - produzidos pelas empresas do Estado circula entre as empresas do setor estatal, pertencentes a um só proprietário, o Estado socialista. Ao passarem esses meios

aparentemente inofensiva imprecisão das formulações se esconde algo mais grave: há verdadeiras contradições entre as interesses, coisa lógica, já que o sistema se assemelha muito ao capitalismo em seus mecanismos de ação”.

Pág.521 - nº 147

MEP: “As empresas avançadas, nas que a inversão individual de trabalho é inferior ao trabalho socialmente necessário, são mais rentáveis”.

CHE: “Esta afirmação obriga a perguntar: mais rentáveis para quem? Se fosse só para o Estado, tudo estaria bem, porém é que também são mais rentáveis para os trabalhadores dessas empresas, contribuindo para a criação de desníveis no pagamento ao trabalho de operários que realizam a mesma tarefa, já que se trata de uma empresa adiantada e outra atrasada”.

Continua na página 7

Nota: A continuação da série “Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil” prossegue na próxima edição